



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260608CE00009

LICITAÇÃO Nº. 00009/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS

RUA PROFESSOR JOÃO RODRIGUES, 91 - CENTRO - POCINHOS - PB.

CEP: 58150-000 - E-mail: licitacaopocinhos@gmail.com - Tel.: (83) 33300554.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.741.688/0001-72, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Agente de Contratação, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 08:00 horas do dia 30 de Junho de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Concorrência nº 00009/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS.

Data de abertura da sessão pública: 30/06/2026. Horário: 08:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 30/06/2026. Horário: 08:10 - horário de Brasília.

Local: www.licitanet.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CUMPRIR O CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será realizada em um único item.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia,

serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.10. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: www.licitanet.com.br.

2.3. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

3.1.5. ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.6. ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.7. ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. www.pocinhos.pb.gov.br;

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3. www.licitanet.com.br; e

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

3.3. Local onde poderá ser examinado e obtido pelos interessados o Projeto Básico referente ao objeto ora licitado, desde que observados os procedimentos definidos pelo ORC e os horários normais de expediente: Secretaria de Administração.

3.4. Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: Imediato;

Conclusão: 24 (vinte e quatro) meses.

5.2. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 30 (trinta) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos: 1009 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - 1009.15.451.1005.1042 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CALÇADAS E CALÇAMENTO - 1009.15.451.1005.2018 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura - 4490.51.00.00 - 1009.26.782.1005.1013 - Implantação de Obras de Drenagem e Pavimentação - OBRAS E INSTALAÇÕES - RECURSOS DO CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-

2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS .

5.4.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.5.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas: Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Portanto, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

6.7.É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.7.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.7.2.Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

6.7.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3.Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4.Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5.O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6.A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7.A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas: Pela natureza do objeto desta contratação e observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança

jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de qualificação técnico-profissional, através da apresentação de Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. O referido atestado, que no caso é representado pela Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, só será aceita se acompanhada da comprovação de que o Profissional apresentado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado; b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; c) ART Cargo-Função ou equivalente, emitido pelo conselho profissional competente; d) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa; e) certidão de registro do licitante no conselho profissional competente, nos termos da norma vigente, dentro da data de sua validade e apenas quando essa trazer a indicação expressa do referido Profissional apresentado, como responsável técnico da empresa; f) declaração formal assinada pelo responsável técnico designado pelo licitante, detentor do correspondente acervo, contendo obrigatoriamente a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARO sob as penalidades da lei, que autorizei a apresentação do meu acervo para comprovação da capacidade técnico-profissional exigida na Concorrência Eletrônica nº. 00009/2026 e que integrarei o quadro técnico da empresa, ou lhe prestarei serviços para obra específica, caso seja vencedora do referido certame, realizado pela Prefeitura Municipal de Pocinhos - PB" ◀. Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020 (27.317,03m²; REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024 (29572,49m²); MEIO-FIO GRANÍTICO, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3. (9.095,50m); EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM PEDRISCO E EMULSÃO ASFÁLTICA. AF_05/2020 (2.255,46m²); PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021 (8.938,50m).

6.9.1.1.O licitante poderá apresentar mais de um profissional e atestado para comprovação da sua capacidade técnico-profissional.

6.9.1.2.Os licitantes que venham a apresentar o mesmo Profissional para comprovação da capacidade técnico-profissional serão automaticamente inabilitados.

6.9.2.Indicação, mediante apresentação de relação, do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto do presente certame, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. O Profissional apresentado para comprovação da capacidade técnico-profissional deverá constar dessa relação.

6.9.2.1.Os referidos profissionais indicados pelo licitante deverão participar da execução da obra, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ORC.

6.9.3.Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo o rol de contratos celebrados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data prevista para abertura da sessão pública deste certame, indicando o nome do contratante, o CNPJ, a data de assinatura do contrato, sua vigência, o nome e a qualificação de cada membro da equipe técnica responsável pela realização do objeto da correspondente contratação.

6.9.4. Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de Certidão de Acervo Operacional (CAO), fornecida pelo CREA em favor da empresa, conforme art. 53, da Resolução 1137/23, do CONFEA, acompanhada dos respectivos atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º, do art. 88, da Lei 14.133/21, sendo consideradas para avaliação da similaridade dos serviços as parcelas de maior relevância técnica, comprovando. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020 (27.317,03m²; REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024 (29572,49m²); MEIO-FIO GRANÍTICO, REJUNTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3. (9.095,50m); EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM PEDRISCO E EMULSÃO ASFÁLTICA. AF_05/2020 (2.255,46m²); PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021 (8.938,50m).

6.9.4.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9.5.Demonstrativo da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, extraído do seu balanço patrimonial do último exercício social, feito através da apresentação de DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos seguintes índices:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00
 \end{aligned}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral;
 SG - Solvência Geral;
 LC - Liquidez Corrente.

6.9.5.1.Caso o licitante apresente resultado que não atenda ao respectivo valor requerido em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.9.5.2.Salienta-se que os índices e valores aqui previstos são os usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes de licitações com o tipo de objeto semelhante ao deste certame;

6.9.5.3.A pessoa jurídica criada no exercício financeiro deste certame deverá apresentar o balanço de abertura, em substituição ao referido demonstrativo de aptidão econômica, hipótese em que não se aplica a exigência da comprovação do atendimento aos índices econômicos acima;

6.9.5.4.O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, referidos neste instrumento, serão exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.9.5.5. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratações firmadas, contendo o rol de contratos celebrados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data prevista para abertura da sessão pública deste certame, indicando o nome do contratante, o CNPJ, a data de assinatura do contrato, sua vigência e valor total; considerar o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

6.10.GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Agente de Contratação, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 77.050,09. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS. Banco - BANCO DO BRASIL SA. Agência - 2469-4. Conta Corrente - 215.654-7. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2.Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.10.1.3.Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.0 licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1.Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do Art. 17, § 1º, da Lei 14.133/21. Portanto os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, simultaneamente os documentos de HABILITAÇÃO e a PROPOSTA com o preço, observado o disposto neste Edital quanto a documentação exigida para fins de habilitação.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.0 licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.0 valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9.0 valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.0 licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

9.7.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.O Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2. Empresas brasileiras;

10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.29.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.29.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.29.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.29.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificadado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado

e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.29.5.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.30.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.31.Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital.

11.2.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício aplicado.

11.3.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

11.4.O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.4.1.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.5.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.5.1.Contiver vícios insanáveis;

11.5.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.5.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.5.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.5.6.Não comprovar, quando solicitado pelo Agente de Contratação recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.6.Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.6.1.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.6.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

11.6.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.6.3.Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

11.7.O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.8.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.9.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Agente de Contratação verificará os documentos relativos à regularidade fiscal do licitante, observado o disposto neste instrumento convocatório; bem como solicitará ao proponente provisoriamente vencedor, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3. PESSOA JURÍDICA:

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, empresa e sócios, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo - Anexo II.

12.3.10. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo - Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de feitos sobre Falência e Execução Fiscal expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13. Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.

12.3.14. Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de Certidão de Acervo Operacional (CAO), fornecida pelo CREA em favor da empresa, conforme art. 53, da Resolução 1137/23, do CONFEA, acompanhada dos respectivos atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º, do art. 88, da Lei 14.133/21, sendo consideradas para avaliação da similaridade dos serviços as parcelas de maior relevância técnica, comprovando.

12.3.15. Certidão negativa de contas julgadas irregulares emitidas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal de Contas do Estado do domicílio da empresa licitante e para seus dirigentes;

12.3.16. Certidão negativa de condenação cível por ato de improbidade administrativa emitida pelo Conselho Nacional de Justiça em seu Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade para a empresa licitante e para seus dirigentes;

12.3.17. Certidão negativa de licitantes Inidôneos expedida pelo Tribunal de Contas da União para a empresa

e para seus dirigentes.

12.3.18.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.18.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.18.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.18.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.18.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.18.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.18.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.3.18.7.Certificados de Gestão de Qualidade ABNT NBR ISSO 14001 (obras viárias) e PBQP-H - Nível A.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de qualificação técnico-profissional - item 6.9.1.

12.4.2.Indicação do pessoal técnico, instalações, aparelhamento e qualificação - item 6.9.2.

12.4.3.Relação de compromissos assumidos - técnico-profissional - item 6.9.3.

12.4.4.Comprovação de qualificação técnico-operacional - item 6.9.4.

12.4.5.Demonstrativo da aptidão econômica - item 6.9.5.

12.4.6.Relação dos compromissos - item 6.9.5.5.

12.4.7.Certidão de Registro da empresa no IBAMA.

12.5.Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando do envio da respectiva proposta inicial, correspondendo a:

12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço:

12.6.1.O Agente de Contratação, na abertura da sessão pública, deverá informar no sistema o prazo para a verificação dos documentos de habilitação, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado da habilitação, nos termos deste Edital;

12.6.2.Eventual postergação do prazo a que se refere o subitem anterior, será comunicada tempestivamente via sistema;

12.6.3.Apenas os licitantes habilitados serão convocados para envio de lances.

12.7.Serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes:

12.7.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e ocorrerá em relação a todos os licitantes; e enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.7.1.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

12.7.1.2.De ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7.2.A não comprovação pelo licitante de sua regularidade fiscal nos termos deste Edital, e após observadas as disposições do Art. 43, da Lei 123/06, acarretará na desclassificação da respectiva proposta.

12.8.A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9.Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação exigida neste certame, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 (vinte e quatro) horas, para:

12.9.1.A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.9.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9.3.Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; e

12.9.4.Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.10.Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.11.Encerrada a fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.12.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.12.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.12.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.12.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Agente de Contratação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.12.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.12.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.12.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.14.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.14.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.15.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.15.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.15.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.15.3.Poderá ser utilizada, a critério do Agente de Contratação, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.16.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.17.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

13.1.3.1.Planilha de quantitativos e preços;

13.1.3.2.Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e

13.1.3.3.Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.

13.2.A planilha de quantitativos e preços, o cronograma físico-financeiro e a composição de custos unitários, deverão ser assinados por responsável técnico da empresa:

13.2.1.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

13.2.0 ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

13.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.3.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.4.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.4.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.4.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.4.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

13.5.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.8.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.8.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.9.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.10.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.licitanet.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - 15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - 15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - 15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

- 16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:
- 16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;
 - 16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:
 - 16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;
 - 16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
 - 16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.
 - 16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.
 - 16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço global.
 - 16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.6.Garantia da contratação:

- 16.6.1.Será exigida garantia adicional de que trata o § 5º, do Art. 59, da Lei 14.133/21, do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta. Portanto: garantia adicional = 85% do valor orçado - proposta correspondente.
- 16.6.2.Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, e anterior à assinatura do contrato:
 - 16.6.2.1.A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;
 - 16.6.2.2.Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia no prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;
 - 16.6.2.3.A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
 - 16.6.2.4.Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;
 - 16.6.2.5.A apólice de seguro-garantia deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão.
- 16.6.3.Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia nos termos deste instrumento, deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização:
 - 16.6.3.1.Quando a garantia em dinheiro for a modalidade escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta bancária específica de instituição financeira por ele indicada;

16.6.3.2.Optando por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

16.6.3.3.No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

16.6.3.4.Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP.

16.6.4.A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

16.6.4.1.Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.6.4.2.Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado; e

16.6.4.3.Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

16.6.5.No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.6.6.Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.6.7.Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificado.

16.6.8.O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

16.6.8.1.O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

16.6.8.2.Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

16.6.9.Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

16.6.9.1.A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados SUSEP;

16.6.9.2.A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

16.6.10.A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.6.11.O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

16.6.12.O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

16.6.13.A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista nesta contratação.

17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1.Formalização e Cadastro de Reserva:

17.1.1.Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1.1.Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.1.2.Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.1.2.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:

17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

17.1.4.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.1.4.2.Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2.Assinatura:

17.2.1.Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2.2.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:

17.2.2.1.A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2.2.A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.

17.2.4.O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.5.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.2.6.Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3.Vigência:

17.3.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso:

17.3.1.1.Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

17.3.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 30 (trinta) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.4.Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5.Controle e gerenciamento:

17.5.1.O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:

17.5.1.1.Os quantitativos e os saldos; e

17.5.1.2.As solicitações de adesão.

17.6.Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo da obra registrada, nas seguintes situações:

17.6.1.1.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.6.1.2.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou

17.6.1.3.Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7.Negociação de preços registrados:

17.7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

17.7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2.Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;

17.7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

17.7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

17.7.2.1.Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

17.7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;

17.7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

17.7.2.5.O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

18.0.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO

18.1.Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

18.1.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou

18.1.1.4.Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2.O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2.Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1.1.Por razão de interesse público;

18.2.1.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.2.1.3.Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

19.1.Formalização:

19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.

19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.2.Alteração do contrato:

19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3.Vigência do contrato:

19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

20.1.Competências:

20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:

20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e

20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE

21.1.Competências:

21.1.1.0 órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:

21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e

21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1.Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

22.1.2.Por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à Ata de Registro de Preços, mediante a anuência do órgão gerenciador.

22.2.0 usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

23.0.DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

23.1.Regra geral:

23.1.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

23.1.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

23.1.1.2.Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/21; e

23.1.1.3.Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

23.1.2.A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

23.1.3.Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

23.1.4.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

23.1.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

23.1.6.A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

23.1.6.1.Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

23.1.6.2.Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

23.1.7.É vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

23.2.Limites para as adesões:

23.2.1.Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata este instrumento:

23.2.1.1.As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador; e

23.2.1.2.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

24.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

24.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/06/2026.

24.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

24.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

24.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

24.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

25.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

25.2.Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

25.3.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

26.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

26.1.Obrigações do Contratante:

26.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

26.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

26.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

26.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

26.2.Obrigações do Contratado:

26.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

26.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

26.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

26.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

26.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

26.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

26.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

27.0.DO PAGAMENTO

27.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

27.2.Além das retenções normais e legais, serão obrigatoriamente retidos na fonte os tributos de que dispõem as Leis Municipais N.º 1.543/2021 e N.º 1567/2022, nos percentuais de 0,7% (zero vírgula sete por cento), destinado ao Programa Municipal Empreender Pocinhos e 0,3% (zero vírgula três por cento), destinado ao Fundo Amigo dos Animais, dentro do Programa de Proteção de Animais de Rua ou Abandonados e Empreender Pocinhos.

27.3.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

27.4.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

27.5.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

28.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

28.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

29.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

29.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

29.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

29.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

29.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

30.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

30.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

30.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

30.10. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Professor João Rodrigues, 91 - Centro - Pocinhos - PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 às 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.11. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Pocinhos, Estado da Paraíba.

Pocinhos - PB, 10 de Junho de 2026.

ANA CAROLINA BEZERRA DE MELO
Agente de Contratação



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO I - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CUMPRIR O CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POCINHOS, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANTAS EM ANEXOS.	SERVIÇO	1	7.705.009,89	7.705.009,89
TOTAL					7.705.009,89

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.0 prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

Início: Imediato;

Conclusão: 24 (vinte e quatro) meses.

5.2.0 prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 30 (trinta) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/06/2026.

6.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.Além das retenções normais e legais, serão obrigatoriamente retidos na fonte os tributos de que dispõem as Leis Municipais N.º 1.543/2021 e N.º 1567/2022, nos percentuais de 0,7% (zero vírgula sete por cento), destinado ao Programa Municipal Empreender Pocinhos e 0,3% (zero vírgula três por cento), destinado ao Fundo Amigo dos Animais, dentro do Programa de Proteção de Animais de Rua ou Abandonados e Empreender Pocinhos.

7.3.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.4.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

8.2.Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

9.2.A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

9.3.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando o preço praticado para o respectivo item registrado, nas mesmas

condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

SÉRGIO RICARDO ARAÚJO COSTA
Secretário



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026

PROPOSTA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS - PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CUMPRIR O CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 – PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POCINHOS, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANTAS EM ANEXOS.	SERVIÇO	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXVIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:/2026

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Pocinhos, Estado da Paraíba, localizada na Rua Professor João Rodrigues - Centro - Pocinhos - PB, nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal n° 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa n° 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada na Concorrência Eletrônica n° 00009/2026 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CUMPRIR O CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS - CNPJ n° 08.741.688/0001-72.

VENCEDOR:					
CNPJ:					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL					

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de execução da obra nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente à Concorrência Eletrônica n° 00009/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Pocinhos, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições da Concorrência Eletrônica n° 00009/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento do quantitativo do item do instrumento convocatório e registrado na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem; Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio do Contrato.

O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital da Concorrência Eletrônica nº 00009/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

-

Item(s):

Valor: R\$

-

Item(s):

Valor: R\$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Pocinhos.

...

...

...

...



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO V - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 260608CE00009

CONTRATO N°:/-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, E, PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Pocinhos, através da Secretaria de Infraestrutura - Rua Cônego João Coutinho, 19 - Centro - Pocinhos - PB, CNPJ n° 08.741.688/0001-72, neste ato representada pelo Secretário Sóstenes Murilo Melo de Oliveira, Brasileira, Casado, Servidor Público, residente e domiciliada na Rua Cônego João Coutinho, 19 - Centro - Pocinhos - PB, CPF n°, Carteira de Identidade n° SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ n°, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF n°, Carteira de Identidade n°, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica n° 00009/2026, processada nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal n° 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa n° 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CUMPRIR O CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS.

A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica n° 00009/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/06/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: 1009 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - 1009.15.451.1005.1042 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CALÇADAS E CALÇAMENTO - 1009.15.451.1005.2018 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura - 4490.51.00.00 - 1009.26.782.1005.1013 - Implantação de Obras de Drenagem e Pavimentação - OBRAS E INSTALAÇÕES - RECURSOS DO CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

Além das retenções normais e legais, serão obrigatoriamente retidos na fonte os tributos de que dispõem as Leis Municipais N.º 1.543/2021 e N.º 1567/2022, nos percentuais de 0,7% (zero vírgula sete por cento), destinado ao Programa Municipal Empreender Pocinhos e 0,3% (zero vírgula três por cento), destinado ao Fundo Amigo dos Animais, dentro do Programa de Proteção de Animais de Rua ou Abandonados e Empreender Pocinhos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 24 (vinte e quatro) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 30 (trinta) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução da obra efetivamente realizada, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução da obra contratada;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade da obra, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: ...;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente a obra descrita na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Prestar garantia da contratação, quando exigida, observados os procedimentos, condições e prazo definidos na licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00009/2026. Não ocorrendo a efetiva prestação de garantia na forma determinada, sujeitará o Contratado às penalidades estabelecidas neste contrato e na legislação pertinente, sem prejuízo da sua extinção;

i - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou

de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Pocinhos.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Pocinhos - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO VI - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00009/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Pocinhos, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS

ANEXO VII - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP [Publicidade: divulgação conjunta com o edital]

OBSERVAÇÃO: este anexo é representado pelo correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS

1. Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Projeto Básico e do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2. Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CUMPRIR O CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS.

3. Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS - , considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4. Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5. Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POCINHOS, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANTAS EM ANEXOS.	SERVIÇO	1

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

Início: Imediato;

Conclusão: 24 (vinte e quatro) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: 30 (trinta) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Salienta-se que neste instrumento de planejamento foram consideradas as especificações da pretensa contratação, definidas pelo setor técnico competente e detalhadas nos respectivos

documentos decorrentes, preliminarmente elaborados quando necessários, a exemplo de memórias de cálculo, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros.

A contratação da obra, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Considerando que o procedimento em comento visa a formação de Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, o prazo de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, nos termos da norma vigente, desde que: seja comprovado o preço vantajoso; haja previsão expressa no Instrumento Convocatório e na Ata de Registro de Preços; e a prorrogação da ata ocorra dentro do prazo de sua vigência. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado. Observados os aspectos do objeto deste estudo técnico bem como os parâmetros estabelecidos nos instrumentos de planejamento oficiais, entende-se que a possibilidade de renovação do quantitativo é medida indispensável para o atendimento de forma apropriada da demanda requerida e busca garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pela Administração, especialmente as consideradas essenciais, sem a necessidade de um novo e custoso processo de contratação.

6.Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento da obra

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função da obra delineada e utilização prováveis, representados pela estimativa dos serviços a serem executados, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível, os subsídios contidos nos anteprojetos preliminares e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7.Levantamento de mercado

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8.Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 30 (trinta) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

9.Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI de referência e dos Encargos Sociais - ES cabíveis, foi definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil - Sinapi, para as demais obras e serviços de engenharia; e contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

Com base nos custos apresentados no correspondente projeto para a execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros na forma estabelecida no Art. 23, § 2º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência determinado.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 7.705.009,89.

10.Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CUMPRIR O CONVÊNIO FDE N.º 200/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2026/01012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O MUNICÍPIO DE POCINHOS. Entende-se que a obra poderá ser realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global e no Sistema de Registro de Preços.

11.Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir a possibilidade de parcelamento no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala. No entanto, poderá ser admitido o parcelamento na forma material, sendo permitida a participação de consórcio, nos termos da norma vigente, bem como ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

12.Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados: Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM DIVERSAS RUAS.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de extinção contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se haver a necessidade de adequações físicas no ambiente da administração em decorrência da execução do objeto da contratação, cujas providências nesse sentido deverão ser adotadas de acordo com as suas particularidades.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior. Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação da presente obra deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Requisitos específicos para a contratação

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a

impossibilidade de participação da pessoa física; o caráter não sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Outros requisitos considerados determinantes - exigência de: prestação de garantia de proposta; qualificação técnico-profissional; qualificação técnico-operacional; comprovação da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, aferida de forma objetiva, por índices econômicos previstos no instrumento convocatório; a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; e a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico que se responsabilizará pelos trabalhos.

Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Portanto, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

Pela natureza do objeto desta contratação e observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

16. Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Em anexo, elementos que instruem o presente Estudo Técnico Preliminar.

Pocinhos - PB, 05 de Junho de 2026.

SÉRGIO RICARDO ARAÚJO COSTA
Secretário



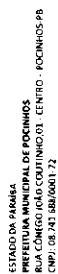
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
RUA CÔNEGO JOÃO COUTINHO, 01 - CENTRO - POCINHOS-PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE POCINHOS				PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS			
LOCAL: POCINHOS/PB				RECURSOS DE CONVÊNIO DO ESTADO			
Orçamento		Desonerado	Planilhas de Referência:		SINAPI - MARÇO/2026	BDI:	23,65%
				ORSE - FEVEREIRO/2026			

										PERCENTUAL (%)
4.1 SERVIÇOS PRELIMINARES										1,31%
4.1.1	Serviço	SINAPI	105137	Localização de pavimentação. Af_03/2024	m	91,00	R\$1,01	R\$1,25	R\$91,91	0,01%
4.1.2	Serviço	SINAPI	100575	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af_09/2024	m²	819,00	R\$0,58	R\$0,72	R\$589,68	0,01%
4.2 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										1,29%
4.2.1	Serviço	ORSE	4960	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m	200,00	R\$52,94	R\$65,46	R\$10.588,00	0,17%
4.2.2	Serviço	SINAPI	101169	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m²	819,00	R\$85,58	R\$105,82	R\$86.666,58	1,12%
4.3 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL										0,00%
4.3.1	Serviço	SINAPI	102498	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af_05/2021	m	182,00	R\$1,65	R\$2,04	R\$371,28	0,00%
5.1 SERVIÇOS PRELIMINARES										1,43%
5.1.1	Serviço	SINAPI	105137	Localização de pavimentação. Af_03/2024	m	132,00	R\$1,01	R\$1,25	R\$133,32	0,01%
5.1.2	Serviço	SINAPI	100575	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af_09/2024	m²	858,00	R\$0,58	R\$0,72	R\$497,64	0,01%
5.2 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										1,41%
5.2.1	Serviço	ORSE	4960	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m	277,00	R\$52,94	R\$65,46	R\$14.664,38	0,24%
5.2.2	Serviço	SINAPI	101169	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m²	858,00	R\$85,58	R\$105,82	R\$90.793,56	1,18%
5.3 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL										0,01%
5.3.1	Serviço	SINAPI	102498	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af_05/2021	m	264,00	R\$1,65	R\$2,04	R\$538,56	0,01%
6.1 SERVIÇOS PRELIMINARES										0,03%
6.1.1	Serviço	SINAPI	105137	Localização de pavimentação. Af_03/2024	m	405,00	R\$1,01	R\$1,25	R\$406,25	0,01%
6.1.2	Serviço	SINAPI	100575	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af_09/2024	m²	2835,00	R\$0,58	R\$0,72	R\$1.644,30	0,03%
6.2 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										0,70%
6.2.1	Serviço	ORSE	4960	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m	824,00	R\$52,94	R\$65,46	R\$53.939,74	0,70%
6.2.2	Serviço	SINAPI	101169	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m²	2835,00	R\$85,58	R\$105,82	R\$242.619,30	3,89%
6.3 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL										0,02%
6.3.1	Serviço	SINAPI	102498	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af_05/2021	m	810,00	R\$1,65	R\$2,04	R\$1.652,40	0,02%
7.1 SERVIÇOS PRELIMINARES										1,87%
7.1.1	Serviço	SINAPI	105137	Localização de pavimentação. Af_03/2024	m	185,00	R\$1,01	R\$1,25	R\$186,85	0,01%
7.1.2	Serviço	SINAPI	100575	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af_09/2024	m²	1110,00	R\$0,58	R\$0,72	R\$643,80	0,01%
7.2 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										1,85%
7.2.1	Serviço	ORSE	4960	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m	382,00	R\$52,94	R\$65,46	R\$20.223,08	0,32%
7.2.2	Serviço	SINAPI	101169	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m²	1110,00	R\$85,58	R\$105,82	R\$94.993,80	1,52%
7.3 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL										0,01%
7.3.1	Serviço	SINAPI	102498	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af_05/2021	m	370,00	R\$1,65	R\$2,04	R\$610,50	0,01%
8.1 SERVIÇOS PRELIMINARES										3,94%
8.1.1	Serviço	SINAPI	105137	Localização de pavimentação. Af_03/2024	m	306,00	R\$1,01	R\$1,25	R\$309,06	0,00%
8.1.2	Serviço	SINAPI	100575	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af_09/2024	m²	2448,00	R\$0,58	R\$0,72	R\$1.419,84	0,02%
8.2 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										3,90%
8.2.1	Serviço	ORSE	4960	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m	628,00	R\$52,94	R\$65,46	R\$33.246,32	0,53%

							PERCENTUAL (%)
8.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	2448,00	R\$55,58
							R\$105,82
							R\$209.499,84
							R\$559.047,36
3,36%							
8.3	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	612,00	R\$1,65
							R\$2,04
							R\$1.009,80
							R\$1.248,48
0,02%							
9.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	1353,00	R\$1,01
							R\$1,25
							R\$1.366,53
							R\$1.691,25
0,02%							
9.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	9471,00	R\$0,58
							R\$0,72
							R\$6.819,12
0,09%							
9.2	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	2720,00	R\$52,94
							R\$565,46
							R\$143.996,80
15,32%							
9.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	9471,00	R\$85,58
							R\$105,82
							R\$810.528,18
							R\$1.002.271,22
13,01%							
9.3	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	2706,00	R\$1,65
							R\$2,04
							R\$4.464,90
							R\$5.570,24
0,07%							
10.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	135,00	R\$1,01
							R\$1,25
							R\$136,35
							R\$168,75
0,00%							
10.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	1080,00	R\$0,58
							R\$0,72
							R\$626,40
							R\$777,60
0,01%							
10.2	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	286,00	R\$52,94
							R\$65,46
							R\$15.140,84
							R\$18.721,56
0,24%							
10.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	1080,00	R\$85,58
							R\$105,82
							R\$92.426,40
							R\$114.285,60
1,48%							
10.3	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	270,00	R\$1,65
							R\$2,04
							R\$445,50
							R\$550,80
0,01%							
11.0	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	160,00	R\$1,01
							R\$1,25
							R\$161,60
							R\$200,00
0,00%							
11.1	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	1120,00	R\$0,58
							R\$0,72
							R\$649,60
							R\$806,40
0,01%							
11.2	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	334,00	R\$52,94
							R\$65,46
							R\$17.681,96
							R\$21.863,64
1,82%							
11.2.1	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	1120,00	R\$85,58
							R\$105,82
							R\$95.849,60
							R\$118.518,40
0,28%							
11.3	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	320,00	R\$1,65
							R\$2,04
							R\$528,00
							R\$652,80
0,01%							
12.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	294,11	R\$1,01
							R\$1,25
							R\$297,05
							R\$367,64
0,02%							
12.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	2058,77	R\$0,58
							R\$0,72
							R\$1.194,09
							R\$1.482,31
0,02%							
12.2	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	602,22	R\$52,94
							R\$65,46
							R\$31.881,53
							R\$39.421,32
0,51%							
12.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	2058,77	R\$85,58
							R\$105,82
							R\$176.189,54
							R\$217.859,04
2,83%							
12.3	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	588,22	R\$1,65
							R\$2,04
							R\$970,56
							R\$1.199,97
0,02%							
13.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	480,00	R\$1,01
							R\$1,25
							R\$484,80
							R\$600,00
0,01%							

						PERCENTUAL (%)
SERVIÇOS PRELIMINARES						7,50%
18.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$4.200,23
18.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$942,60
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						0,01%
18.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$2.624,20
18.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$257,63
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						7,51%
18.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	R\$578.290,14
SERVIÇOS PRELIMINARES						1,29%
19.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$959.509,67
19.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$478.780,47
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						6,21%
19.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$2.488,46
19.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$3.076,65
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						0,04%
19.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	R\$3.076,65
SERVIÇOS PRELIMINARES						8,73%
20.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$4.790,15
20.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$951,94
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						0,01%
20.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$3.838,21
20.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$3.838,21
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						0,05%
20.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	R\$664.729,12
SERVIÇOS PRELIMINARES						8,63%
21.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$537.580,21
21.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$100.618,57
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						1,31%
21.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$564.110,55
21.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$564.110,55
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						7,32%
21.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (calação). Af. 05/2021	m	R\$3.107,12
SERVIÇOS PRELIMINARES						0,04%
22.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$3.107,12
22.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$3.107,12
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						9,66%
22.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$4.187,63
22.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$939,77
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						0,01%
23.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$2.747,86
23.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$736.877,02
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						9,56%
23.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$99.213,74
23.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$637.663,28
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						8,28%
24.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$3.067,42
24.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$3.067,42
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						0,04%
24.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$4.666,43
24.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$4.666,43
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						0,03%
25.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$453,03
25.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$2.087,54
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						0,03%
25.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$355.305,67
25.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$48.495,39
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						0,63%
26.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$1.195,99
26.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$1.478,67
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						0,02%
26.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$1.478,67
26.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$1.478,67
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						1,96%
27.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$1.092,85
27.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$227,66
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						0,00%
27.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$811,19
27.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$811,19
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						0,01%
28.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	R\$169.376,90
28.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	R\$169.376,90
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO						1,94%
28.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m	R\$30.154,80
28.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	R\$30.154,80
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						0,39%



ESTADO DA PARAÍSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
RUA CONDOMÍNIO COLUTINHO, 01 - CENTRO - POCINHOS - PB
CNPJ: 08.743.588/0001-72

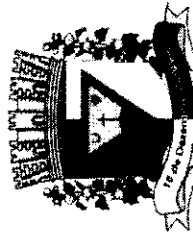
CRONOGRAMA FISICO-FINANCIERO

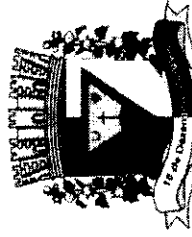
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS/SP

[illegible][illegible]

CÁLCULO DE BDI				Construção e Reforma de quaisquer Edificações inclusive Unidades Habitacionais, Escolas, Hospitais, de uso Agropecuário, Estações p/Trens/Metrô, Estádios e Quadras Esportivas				Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, calçadas, etc.				Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto				Fornecimento de materiais e equipamentos				Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica				Portuárias, Marítimas e Fluviais			
Item componente do BDI		% Informado		1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q			
Administração Central (AC)		3,80		3,00	4,00	5,50	3,80	4,01	4,67	3,43	4,93	6,71	1,50	3,45	4,49	5,29	5,32	7,93	4,00	5,52	7,85	4,00	5,52	7,85			
Seguro (S) e Garantia (G)		0,32		0,80	0,80	1,00	0,32	0,40	0,74	0,28	0,49	0,75	0,30	0,48	0,82	0,25	0,51	0,58	0,81	1,22	1,99	0,81	1,22	1,99			
Risco (R)		0,50		0,97	1,27	1,27	0,50	0,56	0,97	1,00	1,38	1,74	0,56	0,85	0,89	1,00	1,48	1,97	1,46	2,32	3,16	1,46	2,32	3,16			
Despesas Financeiras (DF)		1,02		0,59	1,23	1,39	1,02	1,11	1,21	0,94	0,99	1,17	0,85	0,85	1,11	1,01	1,07	1,11	0,94	1,02	1,33	0,94	1,02	1,33			
Lucro (L)		5,64		6,16	7,40	8,96	6,64	7,30	8,69	6,74	8,04	9,40	3,50	5,11	6,22	8,00	8,31	9,51	7,14	8,40	10,43	7,14	8,40	10,43			
Impostos PIS, COFINS, ISS		6,15																									
(I) CPRB (contribuição previdenciária)		2,70																									
Conforme Legislação Específica																											
Observações																											
1) Preencher apenas a coluna % Informado (Coluna B)																											
2) Os Tributos normalmente aplicáveis são: PIS (0,65%), COFINS (3,00%) e ISS (variável até 5,00% conforme o município).																											
3) O cálculo do BDI se baseia na fórmula abaixo utilizada pelo Acórdão 2622/13 do TCU, conforme CE GEPAD 354/2013 de 17/10/2013.																											
B.D.I = 23,65%																											
Fórmula Utilizada:																											
$BDI = \left[\frac{(1 + AC + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)}{1 - I} - 1 \right] * 100$																											
Observações sobre os % Informados no cálculo do BDI, neste caso:																											
OBRAS DE INFRAESTRUTURA																											
OS VALORES % INFORMADO ENQUADRAM-SE NOS LIMITES DO ACORDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO																											
OS VALORES % INFORMADO DE AC, SG, R E DF ESTÃO NOS VALORES MÍNIMOS DOS LIMITES DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO																											
OS VALORES % INFORMADO DE L FORAM CONSIDERADOS ABAIXO DO MÍNIMO DOS LIMITES DO ACORDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO																											

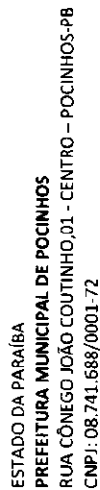
VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA				
Tipo de Obra		1º Q	Médio	3º Q
Construção de Edifícios		20,34	22,12	25,00
Construção de Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, etc.		19,60	20,97	24,23
Rede de Abastecimento de Água, Coleta de Esgotos		20,76	24,18	26,44
Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica		24,00	25,84	27,86
Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais		22,80	27,48	30,95
Fornecimento de Materiais e Equipamentos		11,10	14,02	16,80





FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO-05122480443

CPF: 05122480443-0
RG: 1.234.567-8
Data de Nascimento: 15/10/1973
Endereço: Rua da Liberdade, 123 - São Paulo, SP
Assinatura: [Assinatura]



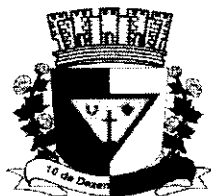
SERVIÇOS PRELIMINARES									
1.1	103689	SINAPI	Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira. Af. 03/2022 ps	m²	2,00	4,00	1,00	8,00	
	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	207,00		1,00	207,00	
	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	207,00	8,00	1,00	1.556,00	
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
1.2	4960	ORSE	Meio-fio gráfico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	207,00	8,00	2,00	430,00	
	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	207,00	8,00	1,00	1.656,00	
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL									
1.3	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	207,00		2,00	414,00	
SINALIZAÇÃO VERTICAL									
SERVIÇOS PRELIMINARES									
2.1	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	115,00		1,00	115,00	
	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	115,00	6,00	1,00	690,00	
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
2.2	4960	ORSE	Meio-fio gráfico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	115,00	6,00	2,00	242,00	
	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	115,00	6,00	1,00	690,00	
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL									
2.3	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	115,00		2,00	230,00	
SINALIZAÇÃO VERTICAL									
SERVIÇOS PRELIMINARES									
3.1	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	222,00		1,00	222,00	
	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	222,00	8,00	1,00	1.776,00	
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
3.2	4960	ORSE	Meio-fio gráfico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	222,00	8,00	2,00	460,00	
	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	222,00	8,00	1,00	1.776,00	
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL									
3.3	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	222,00		2,00	444,00	
SINALIZAÇÃO VERTICAL									
SERVIÇOS PRELIMINARES									
4.1	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	91,00		1,00	91,00	
	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	91,00	9,00	1,00	819,00	
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
4.2	4960	ORSE	Meio-fio gráfico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	91,00	9,00	2,00	200,00	
	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	91,00	9,00	1,00	819,00	
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL									
4.3	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	91,00		2,00	182,00	
SINALIZAÇÃO VERTICAL									

10.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	135,00		1,00	135,00
10.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	135,00	8,00	1,00	1.080,00
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
10.2									
10.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	135,00	8,00	2,00	286,00
10.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	135,00	8,00	1,00	1.080,00
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
10.3									
10.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	135,00		2,00	270,00
SERVIÇOS PRELIMINARES									
11.1									
11.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	160,00		1,00	160,00
11.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	160,00	7,00	1,00	1.120,00
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
11.2									
11.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	160,00	7,00	2,00	334,00
11.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	160,00	7,00	1,00	1.120,00
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
11.3									
11.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	160,00		2,00	320,00
SERVIÇOS PRELIMINARES									
12.1									
12.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	294,11		1,00	294,11
12.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	294,11	7,00	1,00	2.058,77
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
12.2									
12.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	294,11	7,00	2,00	602,22
12.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	294,11	7,00	1,00	2.058,77
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
12.3									
12.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	294,11		2,00	588,22
SERVIÇOS PRELIMINARES									
13.1									
13.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	480,00		1,00	480,00
13.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	480,00	5,00	1,00	2.400,00
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
13.2									
13.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	480,00	5,00	2,00	970,00
13.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	480,00	5,00	1,00	2.400,00
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
13.3									
13.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	480,00		2,00	960,00
SERVIÇOS PRELIMINARES									
14.1									
14.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	900,00		1,00	900,00
14.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	900,00	5,00	1,00	4.500,00
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
14.2									
14.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	900,00	5,00	2,00	1.810,00
14.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	900,00	5,00	1,00	4.500,00
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
14.3									
14.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	900,00		2,00	1.800,00
SERVIÇOS PRELIMINARES									
15.1									
15.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	270,00		1,00	270,00

15.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	270,00	8,00		1,00	2.160,00
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										
15.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	270,00	8,00		2,00	556,00
15.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	270,00	8,00		1,00	2.160,00
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL										
15.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	270,00			2,00	540,00
SERVIÇOS PRELIMINARES										
16.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	45,00			1,00	45,00
16.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	45,00	6,00		1,00	270,00
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										
16.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	45,00	6,00		2,00	102,00
16.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	45,00	6,00		1,00	270,00
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL										
16.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	45,00			2,00	90,00
SERVIÇOS PRELIMINARES										
17.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	477,36			1,00	477,36
17.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	477,36	8,00		1,00	3.818,88
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										
17.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	477,36	8,00		2,00	970,72
17.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	477,36	8,00		1,00	3.818,88
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL										
17.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	477,36			2,00	954,72
SERVIÇOS PRELIMINARES										
18.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	754,08			1,00	754,08
18.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	754,08	6,00		1,00	4.524,48
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										
18.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	754,08	6,00		2,00	1.520,16
18.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	754,08	6,00		1,00	4.524,48
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL										
18.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	754,08			2,00	1.508,16
SERVIÇOS PRELIMINARES										
19.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	761,55			1,00	761,55
19.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	761,55	7,00		1,00	5.330,85
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO										
19.2.1	Serviço	4960	ORSE	Meio-fio granítico, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	m	761,55	7,00		2,00	1.537,10
19.2.2	Serviço	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af. 05/2020	m²	761,55	7,00		1,00	5.330,85
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL										
19.3.1	Serviço	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caliação). Af. 05/2021	m	761,55			2,00	1.523,10
SERVIÇOS PRELIMINARES										
20.1.1	Serviço	105137	SINAPI	Locação de pavimentação. Af. 03/2024	m	751,82			1,00	751,82
20.1.2	Serviço	100575	SINAPI	Regularização de superfícies com motoniveladora. Af. 09/2024	m²	751,82	6,00		1,00	4.510,92

SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO									
20.2.1	Serviço	4960	ORSE						
20.2.2	Serviço	104383	SINAPI						
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
20.3.1	Serviço	102498	SINAPI						
20.3.1	Serviço	102498	SINAPI						
SERVIÇOS PRELIMINARES									
21.1.1	Serviço	105137	SINAPI						
21.1.2	Serviço	100575	SINAPI						
21.2.1	Serviço	4960	ORSE						
21.2.2	Serviço	101169	SINAPI						
21.3									
21.3.1	Serviço	102498	SINAPI						
SERVIÇOS PRELIMINARES									
22.1.1	Serviço	105137	SINAPI						
22.1.2	Serviço	100575	SINAPI						
22.2.1	Serviço	4960	ORSE						
22.2.2	Serviço	101169	SINAPI						
22.3									
22.3.1	Serviço	102498	SINAPI						
SERVIÇOS PRELIMINARES									
23.1.1	Serviço	105137	SINAPI						
23.1.2	Serviço	100575	SINAPI						
23.2.1	Serviço	4960	ORSE						
23.2.2	Serviço	101169	SINAPI						
23.3									
23.3.1	Serviço	102498	SINAPI						

FERNANDO
 GOMES ARAUJO
 FILHO-05122480443



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

MEMORIAL E ESPECIFICAÇÕES

**PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS NO
MUNICÍPIO DE POCINHOS**

FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO

Engenheiro Fiscal
CREA PB nº 161258497-7

Pocinhos/PB

maio/2026



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

1. OBJETO

O presente Memorial Descritivo tem por objeto a descrição técnica dos serviços de pavimentação em paralelepípedo a serem executados em 23 (vinte e três) vias no Município de Pocinhos/PB, abrangendo serviços preliminares, pavimentação e sinalização horizontal, conforme especificações a seguir.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Cada via contempla três grandes grupos de serviços, descritos a seguir:

2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

a) Fornecimento e instalação de placa de obra

Placa em chapa galvanizada com estrutura de madeira, com área de 8,00 m², conforme SINAPI 103689. A placa deverá conter todas as informações exigidas pelo órgão financiador, incluindo nome da obra, contratante, contratada, valor e prazo de execução.

b) Locação de pavimentação

Serviço de marcação e locação das vias a pavimentar, definindo alinhamento, nivelamento e limites de intervenção, conforme SINAPI 105137. As extensões a locar correspondem à metragem linear de cada rua conforme tabela acima.

c) Regularização de superfícies com motoniveladora

Regularização e nivelamento do leito carroçável com motoniveladora, preparando a base para recebimento do pavimento, conforme SINAPI 100575. A área a regularizar é calculada pela extensão multiplicada pela largura de cada via.

2.2 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

a) Meio-fio granítico

Fornecimento e assentamento de meio-fio em pedra granítica, rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, conforme ORSE 4960. O meio-fio será implantado em ambos os lados de cada via, acrescido das cabeceiras, perfazendo a extensão total de: $(2 \times \text{comprimento da rua}) + (2 \times \text{largura da}$



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

rua) para cada logradouro. A execução deverá garantir alinhamento, prumo e caimento adequados para escoamento das águas pluviais.

b) Execução de pavimento em paralelepípedos

Pavimentação em pedras de paralelepípedo com rejuntamento em argamassa de cimento e areia no traço 1:3, conforme SINAPI 101169. A área pavimentada de cada via corresponde ao produto entre a extensão e a largura de cada logradouro. As pedras deverão ser assentadas sobre base regularizada e compactada, com juntas uniformes, garantindo superfície estável, resistente e com caimento transversal adequado para escoamento pluvial.

2.3 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

a) Pintura de meio-fio

Pintura de meio-fio com tinta branca à base de cal (caiação), conforme SINAPI 102498, aplicada sobre o meio-fio granítico após sua completa cura. A extensão a pintar em cada via corresponde à mesma extensão do meio-fio executado, garantindo visibilidade e segurança viária aos usuários.

3. NORMAS E REFERÊNCIAS TÉCNICAS

Os serviços deverão ser executados em conformidade com:

- ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto
- ABNT NBR 12023 – Solo-cimento – Ensaio de compactação
- SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) – Tabela de referência: Março/2026
- ORSE (Orçamento de Referência de Sergipe) – Tabela de referência: Fevereiro/2026
- Especificações técnicas do DNIT e normas complementares aplicáveis.

4. MATERIAIS

Todos os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade, aprovados pela fiscalização antes do início de cada etapa, destacando-se:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

- Paralelepípedos: pedra granítica com dimensões padronizadas, superfície regular e resistência adequada ao tráfego previsto;
- Meio-fio: pedra granítica serrada ou lavrada, com seção retangular;
- Argamassa: traço 1:3 (cimento CP II ou CP III e areia lavada), com resistência compatível ao rejuntamento de calçamento;
- Cal virgem ou hidratada: para preparo da caiação do meio-fio, com pureza mínima conforme norma vigente.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução seguirá a seguinte sequência lógica para cada via:

- Instalação da placa de obra (apenas na mobilização geral);
- Locação e demarcação da via;
- Regularização e nivelamento do leito com motoniveladora;
- Assentamento do meio-fio granítico com argamassa;
- Execução do pavimento em paralelepípedo com rejuntamento;
- Pintura do meio-fio com caiação branca.

A execução deverá ser acompanhada por profissional habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada no CREA.

**FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO:**
05122480443

Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Fiscal
CREA nº 161258497-7

Assinado digitalmente por FERNANDO GOMES
ARAÚJO FILHO:05122480443
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RPB e-CPF A1, OU=EM
BRANCO, OU=38016084000124,
OU=videconferencia, CN=FERNANDO GOMES
ARAÚJO FILHO:05122480443
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025-05-17 08:28:55
Font Reader Versão: 9.7.1



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE POCINHOS

Relatório situacional, objetivos, metas e benefícios.

Convênio - Governo do Estado da Paraíba

FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO

Engenheiro Fiscal
CREA PB nº 161258497-7

Pocinhos/PB

maio/2026



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

APRESENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA

O Município de Pocinhos, localizado no Estado da Paraíba, enfrenta sérias deficiências em sua malha viária urbana, onde diversas ruas carecem de pavimentação adequada, comprometendo a mobilidade da população, o escoamento de águas pluviais e a qualidade de vida dos moradores.

A ausência de pavimentação em paralelepípedo nessas vias provoca acúmulo de lama e poeira em períodos alternados de chuva e estiagem, característicos do semiárido nordestino, dificultando o tráfego de veículos e pedestres, prejudicando o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e comércio local.

Diante desse cenário, a presente proposta visa à execução de serviços de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas no Município de Pocinhos, buscando promover melhorias estruturais permanentes na infraestrutura urbana do município. A escolha pelo paralelepípedo justifica-se pela durabilidade, adaptabilidade ao clima semiárido, disponibilidade regional do material e pelo menor custo de manutenção ao longo do tempo, tornando-se a solução mais adequada para a realidade local.

A intervenção atende diretamente às demandas da população, identificadas por meio de visitas técnicas e reivindicações comunitárias, e está em consonância com as diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável e dignidade habitacional previstas nas políticas públicas municipais, estaduais e federais.

METAS E BENEFÍCIOS

Metas:

- Executar a pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do município de Pocinhos/PB, contemplando as vias de maior demanda e fluxo populacional;
- Realizar os serviços de terraplenagem, compactação de base, assentamento de meio-fio e sarjeta, e pavimentação com paralelepípedo em todas as vias previstas no projeto;
- Concluir as obras dentro do prazo e dos padrões técnicos estabelecidos nas normas da ABNT e nas especificações do projeto executivo;
- Garantir o pleno funcionamento das vias pavimentadas ao término das obras, com sinalização e acabamento adequados.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

Benefícios:

- **Melhoria da mobilidade urbana:** facilita o deslocamento de pedestres e veículos, reduzindo o tempo de percurso e os riscos de acidentes causados por vias irregulares;
- **Valorização imobiliária:** imóveis localizados em vias pavimentadas tendem a ter sua valorização elevada, gerando impacto positivo na economia local;
- **Saúde pública:** a pavimentação reduz a geração de poeira e lama, diminuindo a incidência de doenças respiratórias e de pele na população, especialmente entre crianças e idosos;
- **Melhoria no escoamento pluvial:** as sarjetas e o calçamento adequado evitam alagamentos e erosões nas vias, protegendo as residências lindeiras;
- **Desenvolvimento socioeconômico:** o acesso facilitado às vias estimula o comércio local, o turismo e os serviços, gerando empregos diretos e indiretos durante e após a execução da obra;
- **Qualidade de vida:** a melhoria das condições de tráfegabilidade promove bem-estar e dignidade à população beneficiada, fortalecendo o sentimento de pertencimento e cidadania.

OBJETIVO

Promover a pavimentação em paralelepípedo de diversas ruas no Município de Pocinhos/PB, proporcionando melhoria das condições de tráfego, mobilidade urbana e qualidade de vida à população local, por meio da execução de obras de infraestrutura viária duradouras e adequadas às características climáticas e geográficas da região.

Objetivos Específicos:

- Eliminar os trechos de vias em estado precário, com presença de buracos, erosões e irregularidades que comprometam a segurança de veículos e pedestres;
- Executar os serviços complementares de meio-fio, sarjeta e base compactada, garantindo a durabilidade e a eficiência do pavimento;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

- Proporcionar acessibilidade e trafegabilidade permanente nas vias beneficiadas, independentemente das condições climáticas;
- Contribuir para a redução dos custos operacionais dos veículos que trafegam pelas vias, prolongando a vida útil dos mesmos;
- Integrar as vias pavimentadas ao sistema viário municipal, fortalecendo a conectividade entre os bairros e o centro urbano de Pocinhos.

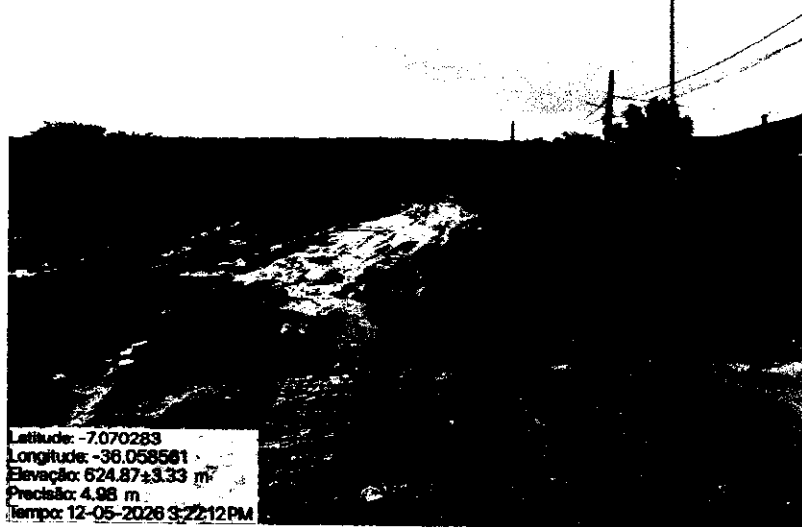


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

REGISTRO DE FOTOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.070283
Longitude: -38.058561
Elevação: 624.87±3.33 m
Precisão: 4.98 m
Tempo: 12-05-2026 3:22:12PM

Foto 3 — RUA HELENO EPFÂNIO DE OLIVEIRA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA JOSÉ PAULINO



Foto 1 — RUA JOSÉ PAULINO



Foto 2 — RUA JOSÉ PAULINO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA MANUEL FRANCISCO DOS SANTOS



Foto 1 — RUA MANUEL FRANCISCO DOS SANTOS



Foto 2 — RUA MANUEL FRANCISCO DOS SANTOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA CICERO MEIRA CAVALCANTE



Latitude: -7.073044
Longitude: -36.058596
Elevação: 640.47±4.03 m
Precisão: 4.73 m
Tempo: 15-05-2026 10:33:21AM

NoteCam @ IOS

Foto 1 — RUA CICERO MEIRA CAVALCANTE



Latitude: -7.073915
Longitude: -36.058627
Elevação: 638.13±4.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 15-05-2026 10:36:23AM

Foto 2 — RUA CICERO MEIRA CAVALCANTE



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

PEDRO TARGINO DE SOUZA (RUA JOSÉ TARGINO)



Foto 1 — PEDRO TARGINO DE SOUZA(RUA JOSÉ TARGINO)



Foto 2 — PEDRO TARGINO DE SOUZA(RUA JOSÉ TARGINO)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.075827
Longitude: -36.075045
Elevação: 621.72±12.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 13-05-2026 10:27:55 AM

Foto 3 — PEDRO TARGINO DE SOUZA(RUA JOSÉ TARGINO)



Latitude: -7.075865
Longitude: -36.075830
Elevação: 609.94±48.00 m
Precisão: 17.62 m
Tempo: 13-05-2026 10:24:55 AM

Foto 4 — PEDRO TARGINO DE SOUZA(RUA JOSÉ TARGINO)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA MANOEL ANDEZA



Latitude: -7.067634
Longitude: -36.201402
Elevação: 551.30±3.00 m
Precisão: 3.91 m
Tempo: 12-05-2026 8:48:05 AM

Foto 1 — RUA MANOEL ANDEZA



Latitude: -7.068937
Longitude: -36.202090
Elevação: 550.26±3.00 m
Precisão: 3.53 m
Tempo: 12-05-2026 8:54:27 AM

Foto 2 — RUA MANOEL ANDEZA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.668906
Longitude: -36.202100
Elevação: 548.65±3.00 m
Precisão: 3.46 m
Tempo: 12-05-2026 8:54:32 AM

Foto 3 — RUA MANOEL ANDEZA



Latitude: -7.067619
Longitude: -36.201418
Elevação: 551.00±4.03 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 12-05-2026 8:47:58 AM

Foto 4 — RUA MANOEL ANDEZA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 5 — RUA MANOEL ANDEZA

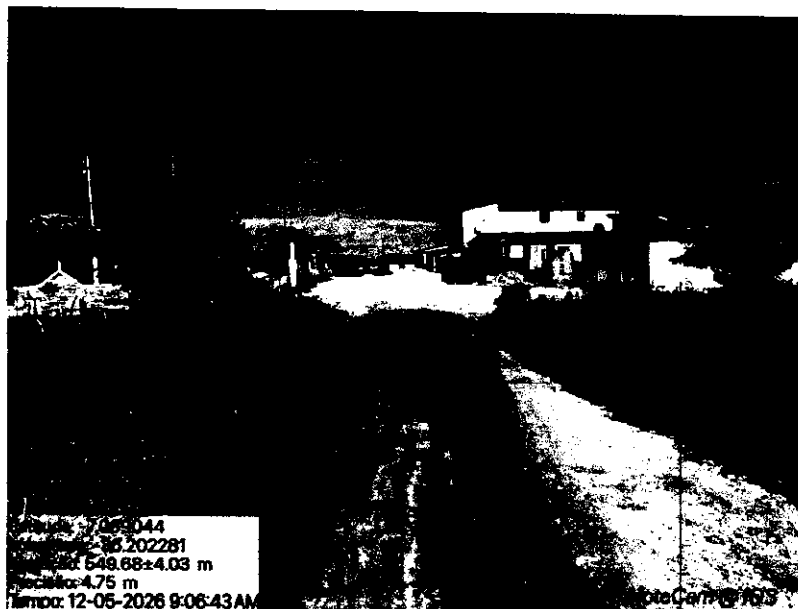
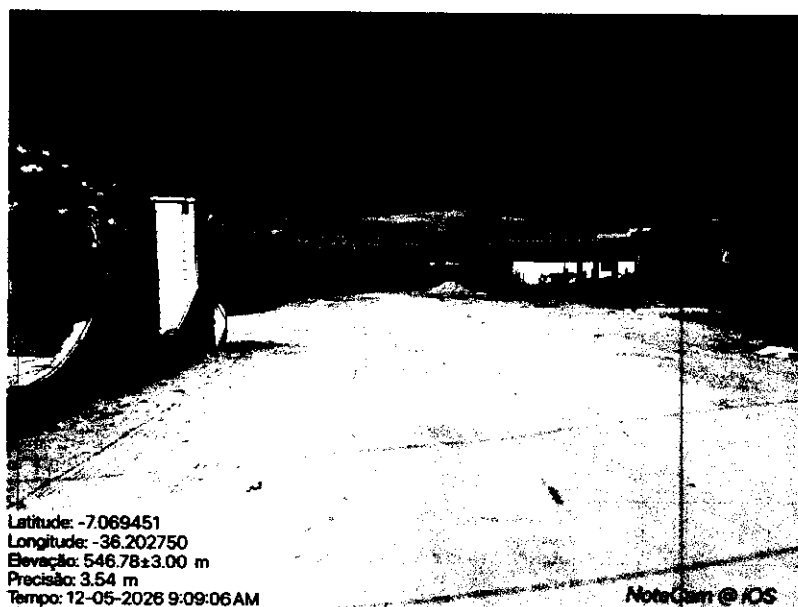


Foto 6 — RUA MANOEL ANDEZA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.069451
Longitude: -36.202750
Elevação: 546.78±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 12-05-2026 9:09:06 AM

NotaCam © IOS

Foto 7 — RUA MANOEL ANDEZA



Latitude: -7.069589
Longitude: -36.203178
Elevação: 549.07±36.28 m
Precisão: 66.90 m
Tempo: 12-05-2026 9:11:31 AM

Foto 8 — RUA MANOEL ANDEZA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 9 — RUA MANOEL ANDEZA



Foto 10 — RUA MANOEL ANDEZA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 11 — RUA MANOEL ANDEZA

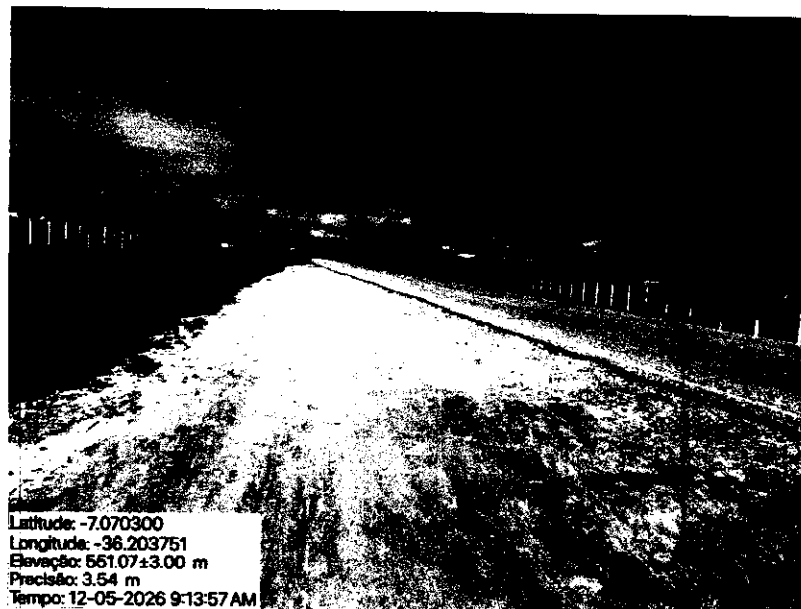


Foto 12 — RUA MANOEL ANDEZA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 13 — RUA MANOEL ANDEZA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA ABILIO INÁCIO

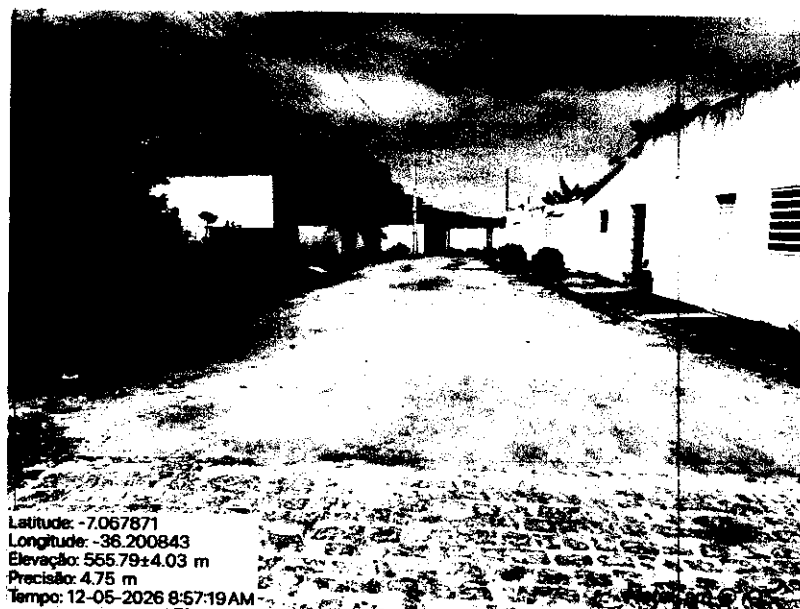


Foto 1 — RUA ABILIO INÁCIO



Foto 2 — RUA ABILIO INÁCIO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

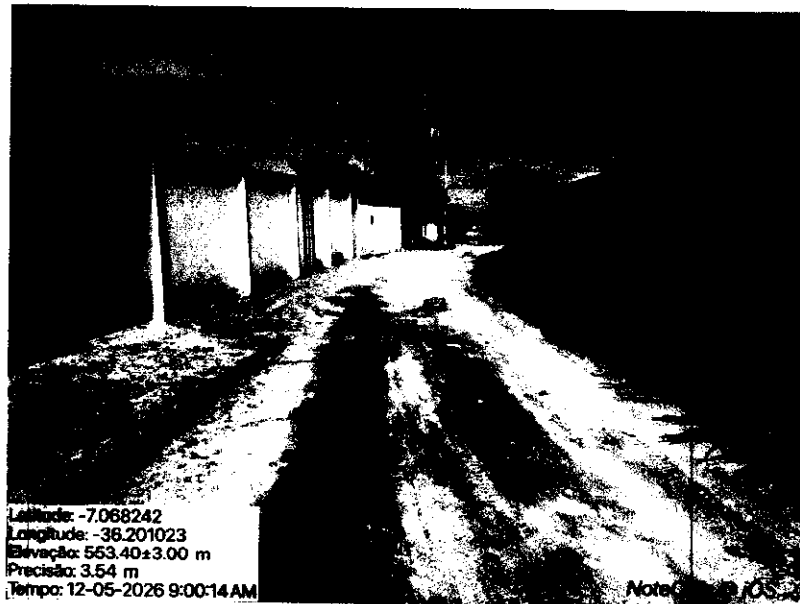


Foto 3 — RUA ABILIO INÁCIO

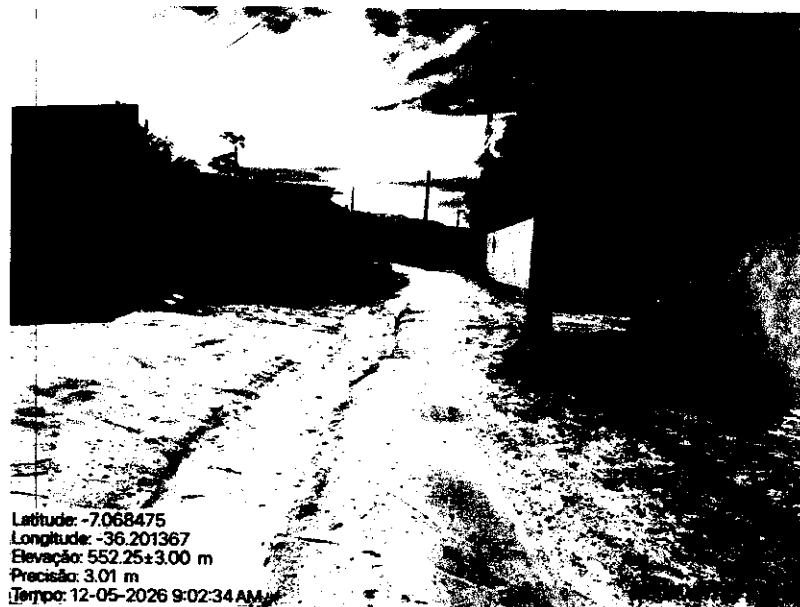


Foto 4 — RUA ABILIO INÁCIO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA GERALDO FELIPE DE MARIA



Foto 1 — RUA GERALDO FELIPE DE MARIA



Foto 2 — RUA GERALDO FELIPE DE MARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.068890
Longitude: -38.054064
Elevação: 631.40±4.00 m
Precisão: 3.22 m
Tempo: 12-05-2026 3:03:51 PM

Foto 3 — RUA GERALDO FELIPE DE MARIA



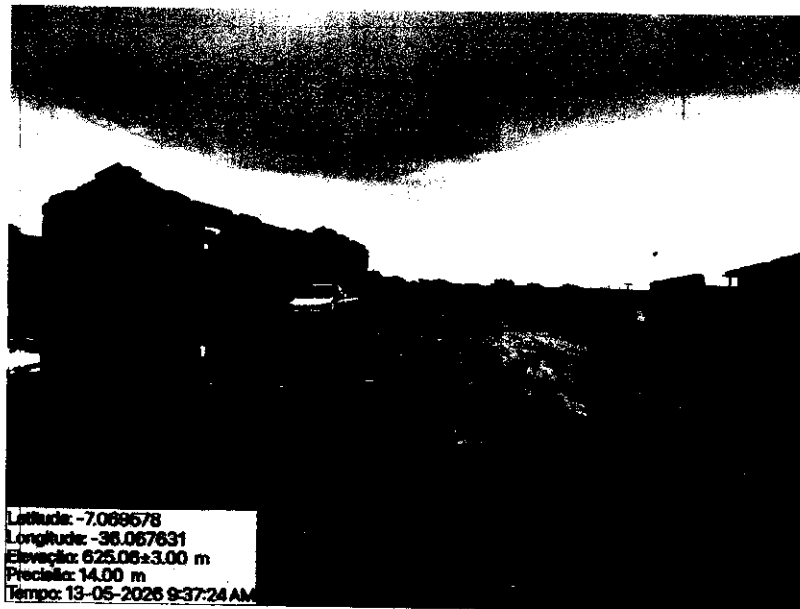
Latitude: -7.068893
Longitude: -38.054060
Elevação: 633.77±3.00 m
Precisão: 3.35 m
Tempo: 12-05-2026 3:03:57 PM

Foto 4 — RUA GERALDO FELIPE DE MARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.069678
Longitude: -36.067631
Elevation: 625.06±3.00 m
Precision: 14.00 m
Tempo: 13-05-2026 9:37:24 AM

Foto 1 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.069650
Longitude: -36.067631
Elevation: 625.73±4.03 m
Precision: 4.75 m
Tempo: 13-05-2026 9:37:49 AM

Foto 2 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.069899
Longitude: -36.068041
Elevação: 631.66±8.00 m
Precisão: 18.11 m
Tempo: 13-05-2026 9:42:10 AM

Foto 3 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.069824
Longitude: -36.068172
Elevação: 629.52±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:42:18 AM

Foto 4 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 5 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Foto 6 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.069557
Longitude: -36.067636
Elevação: 625.89±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:37:34 AM

Foto 7 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.070470
Longitude: -36.070832
Elevação: 628.89±3.00 m
Precisão: 3.53 m
Tempo: 13-05-2026 9:53:04 AM

Foto 8 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 9 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Foto 10 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.070307
Longitude: -36.070396
Elevação: 625.66±4.00 m
Precisão: 13.95 m
Tempo: 13-05-2026 9:51:45 AM

Foto 11 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.070018
Longitude: -36.069282
Elevação: 627.40±4.03 m
Precisão: 2.90 m
Tempo: 13-05-2026 9:47:04 AM

Foto 12 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 13 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Foto 14 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

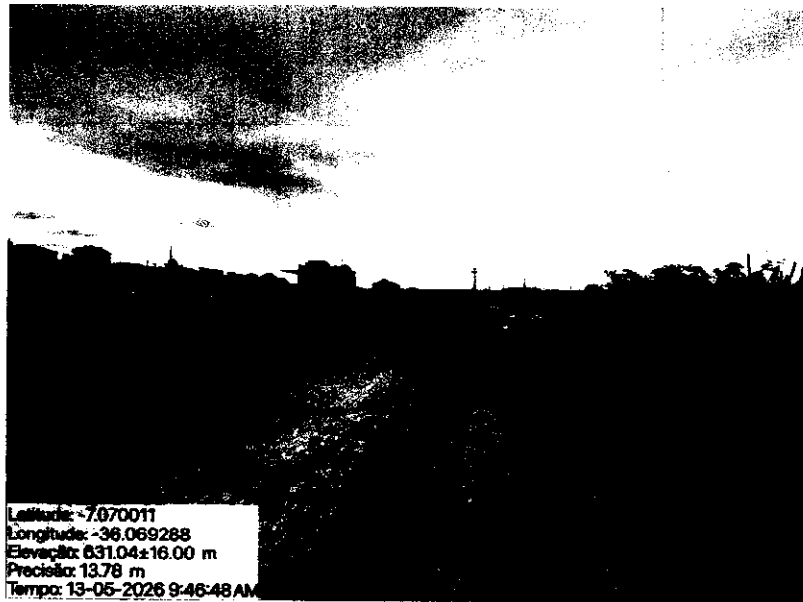


Foto 15 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Foto 16 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.071052
Longitude: -36.071935
Elevação: 628.44±3.00 m
Precisão: 14.09 m
Tempo: 13-05-2026 9:57:09 AM

Not Cam @ IOS

Foto 17 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.071136
Longitude: -36.071880
Elevação: 629.08±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:57:18 AM

Foto 18 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.071620
Longitude: -36.072591
Elevação: 626.22±12.00 m
Precisão: 6.03 m
Tempo: 13-05-2026 10:00:27 AM

Foto 19 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.071635
Longitude: -36.072604
Elevação: 626.06±6.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 10:00:32 AM

Foto 20 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.070470
Longitude: -36.070832
Elevação: 628.89±3.00 m
Precisão: 3.63 m
Tempo: 13-05-2026 9:53:04AM

NoteCarr

Foto 21 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.072528
Longitude: -36.074333
Elevação: 626.99±4.03 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 13-05-2026 10:07:17AM

NoteCarr

Foto 22 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.072963
Longitude: -36.075560
Elevação: 628.12±3.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 13-05-2026 10:11:24 AM

Foto 23 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.073603
Longitude: -36.076024
Elevação: 632.38±5.66 m
Precisão: 92.47 m
Tempo: 13-05-2026 10:14:09 AM

Foto 24 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 25 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Foto 26 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 27 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.073545
Longitude: -36.076930
Elevação: 631.26±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 10:16:32 AM

Foto 28 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.073543
Longitude: -36.076952
Elevação: 633.23±4.03 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 13-05-2026 10:16:37AM

Foto 29 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.073803
Longitude: -36.076970
Elevação: 630.65±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 10:17:56AM

Foto 30 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.073666
Longitude: -36.077474
Elevação: 635.09±3.00 m
Precisão: 3.64 m
Tempo: 18-05-2026 10:19:52AM

Foto 31 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



Latitude: -7.073048
Longitude: -36.075531
Elevação: 631.06±3.00 m
Precisão: 3.64 m
Tempo: 18-05-2026 10:11:30AM

Foto 32 — RUA PROJETADA - SANTA TEREZINHA (COMPEL)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA BELISIO PEREIRA DA SILVA



Latitude: -7.069011
Longitude: -38.053162
Elevação: 636.51±3.00 m
Precisão: 12.80 m
Tempo: 12-05-2026 2:40:01PM

Foto 1 — RUA BELISIO PEREIRA DA SILVA



Latitude: -7.069047
Longitude: -38.053127
Elevação: 632.89±3.00 m
Precisão: 3.56 m
Tempo: 12-05-2026 2:40:06PM

Foto 2 — RUA BELISIO PEREIRA DA SILVA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 3 — RUA BELISIO PEREIRA DA SILVA



Foto 4 — RUA BELISIO PEREIRA DA SILVA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA ANTÔNIO FELIPE DE MARIA



Latitude: -7.083045
Longitude: -36.059209
Elevação: 666.78±3.00 m
Precisão: 3.51 m
Tempo: 15-05-2026 10:44:31AM

oteCam @ r

Foto 1 — RUA ANTÔNIO FELIPE DE MARIA



Latitude: -7.083127
Longitude: -36.059854
Elevação: 668.88±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 15-05-2026 10:46:46AM

Foto 2 — RUA ANTÔNIO FELIPE DE MARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 3 — RUA ANTÔNIO FELIPE DE MARIA



Foto 4 — RUA ANTÔNIO FELIPE DE MARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA MARIA JOSÉ GUIMARÃES



Foto 1 — RUA MARIA JOSÉ GUIMARÃES



Foto 2 — RUA MARIA JOSÉ GUIMARÃES



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA MARIS PRETO



Latitude: -7.098963
Longitude: -35.992839
Elevação: 719.20±4.00 m
Precisão: 3.64 m
Tempo: 12-05-2026 10:20:27 AM

NoteCam @ JQS

Foto 1 — RUA MARIS PRETO



Latitude: -7.099268
Longitude: -35.992857
Elevação: 723.21±4.00 m
Precisão: 12.19 m
Tempo: 12-05-2026 10:22:26 AM

NoteCam @ JQS

Foto 2 — RUA MARIS PRETO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.097998
Longitude: -35.992855
Elevação: 715.33±3.00 m
Precisão: 3.62 m
Tempo: 12-05-2026 10:16:32AM

NoteCarro@10

Foto 3 — RUA MARIS PRETO



Latitude: -7.099755
Longitude: -35.992601
Elevação: 726.31±18.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 12-05-2026 10:24:36AM

Foto 4 — RUA MARIS PRETO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.099716
Longitude: -35.992602
Elevação: 729.13±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 12-05-2026 10:24:42AM

NotaCam © 10

Foto 5 — RUA MARIS PRETO



Latitude: -7.099716
Longitude: -35.992221
Elevação: 708.94±48.00 m
Precisão: 18.29 m
Tempo: 12-05-2026 10:27:55AM

NotaCam © 10

Foto 6 — RUA MARIS PRETO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 7 — RUA MARIS PRETO



Foto 8 — RUA MARIS PRETO



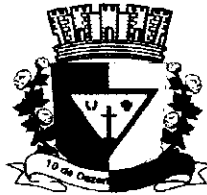
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 9 — RUA MARIS PRETO



Foto 10 — RUA MARIS PRETO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



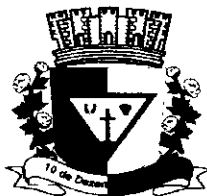
Latitude: -7.101893
Longitude: -35.991950
Elevação: 709.44±16.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 12-05-2026 10:35:03AM

Foto 11 — RUA MARIS PRETO



Latitude: -7.101861
Longitude: -35.991808
Elevação: 715.23±3.00 m
Precisão: 17.77 m
Tempo: 12-05-2026 10:32:26AM

Foto 12 — RUA MARIS PRETO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA CASTELO



Latitude: -7.096365
Longitude: -36.062691
Elevação: 677.02±10.48 m
Precisão: 44.88 m
Tempo: 13-05-2026 10:43:06 AM

Foto 1 — RUA CASTELO



Latitude: -7.096453
Longitude: -36.062706
Elevação: 675.56±6.58 m
Precisão: 18.35 m
Tempo: 13-05-2026 10:40:44 AM

Foto 2 — RUA CASTELO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 3 — RUA CASTELO



Foto 4 — RUA CASTELO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.093384
Longitude: -36.063024
Elevação: 674.19±12.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 13-05-2026 10:49:12 AM

Foto 5 — RUA CASTELO



Latitude: -7.093374
Longitude: -36.063066
Elevação: 677.72±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 10:49:23 AM

Foto 6 — RUA CASTELO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.082117
Longitude: -38.063422
Elevação: 680.87±3.00 m
Precisão: 28.42 m
Tempo: 18-05-2026 10:53:50AM

NoteCam @ iOS

Foto 7 — RUA CASTELO



Latitude: -7.082117
Longitude: -38.063422
Elevação: 680.87±3.00 m
Precisão: 28.42 m
Tempo: 18-05-2026 10:43:10AM

NoteCam @ iOS

Foto 8 — RUA CASTELO

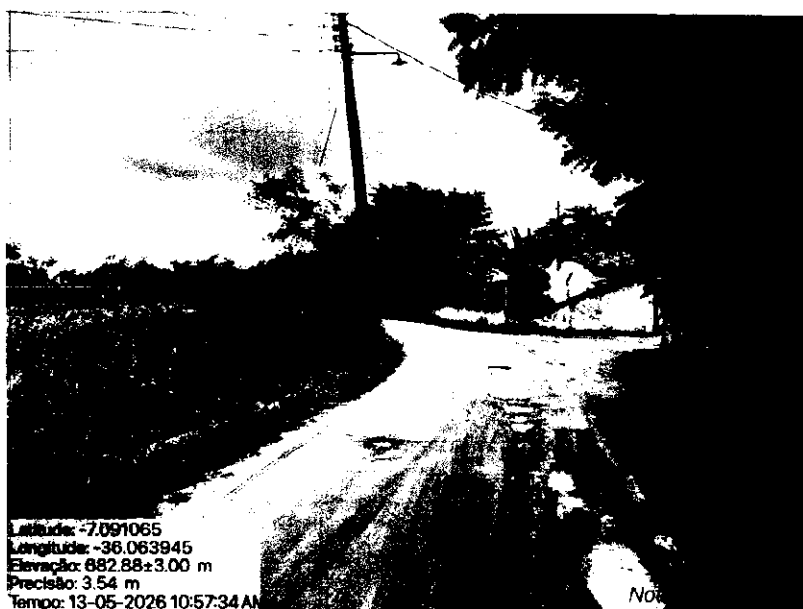


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.091101
Longitude: -36.064054
Elevação: 682.21±24.00 m
Precisão: 62.19 m
Tempo: 13-05-2026 10:57:30 AM

Foto 9 — RUA CASTELO



Latitude: -7.091065
Longitude: -36.063945
Elevação: 682.88±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 10:57:34 AM

Not

Foto 10 — RUA CASTELO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 11 — RUA CASTELO



Foto 12 — RUA CASTELO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.089547
Longitude: -36.064730
Elevação: 877.66±4.00 m
Precisão: 3.53 m
Tempo: 13-05-2026 11:03:29 AM

Foto 13 — RUA CASTELO



Latitude: -7.092153
Longitude: -36.063536
Elevação: 683.44±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 10:53:58 AM

Foto 14 — RUA CASTELO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 15 — RUA CASTELO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



Latitude: -7.067664
Longitude: -36.053742
Elevação: 630.09±3.00 m
Precisão: 2.83 m
Tempo: 12-05-2026 2:47:47PM

Foto 1 — RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



Latitude: -7.068732
Longitude: -36.053671
Elevação: 634.28±3.00 m
Precisão: 3.34 m
Tempo: 12-05-2026 2:51:56PM

Foto 2 — RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 3 — RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



Foto 4 — RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 5 — RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



Foto 6 — RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 7 — RUA MARIA DE FÁTIMA PATRICIO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA SEBASTIÃO VASCONCELOS DA COSTA



Foto 1 — RUA SEBASTIÃO VASCONCELOS DA COSTA



Foto 2 — RUA SEBASTIÃO VASCONCELOS DA COSTA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA FRANCISCO DOMICIANO DOS SANTOS



Latitude: -7.069773
Longitude: -36.052515
Elevação: 640.47±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 15-05-2026 10:13:43 AM

NotaCom © IOS

Foto 1 — RUA FRANCISCO DOMICIANO DOS SANTOS



Latitude: -7.070854
Longitude: -36.061483
Elevação: 644.77±4.03 m
Precisão: 4.76 m
Tempo: 15-05-2026 10:19:07 AM

Foto 2 — RUA FRANCISCO DOMICIANO DOS SANTOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 3 — RUA FRANCISCO DOMICIANO DOS SANTOS



Foto 4 — RUA FRANCISCO DOMICIANO DOS SANTOS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



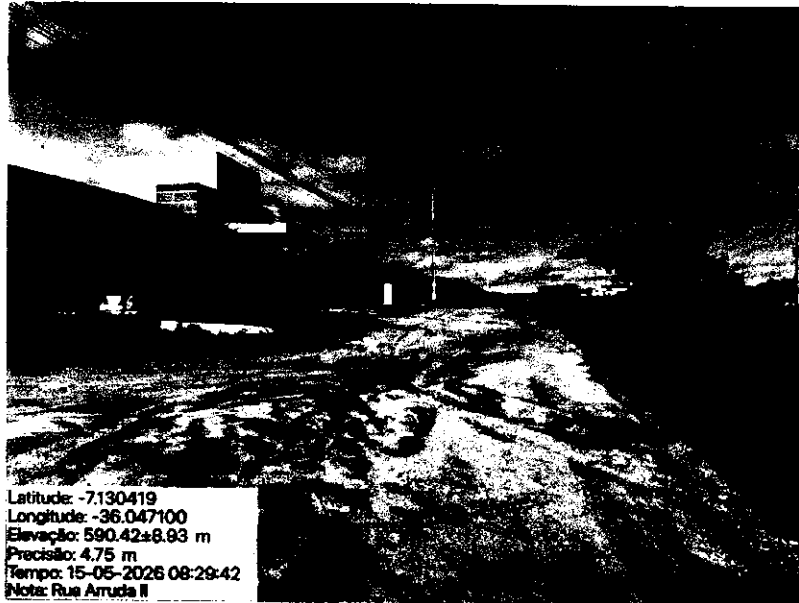
Foto 1 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Foto 2 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)

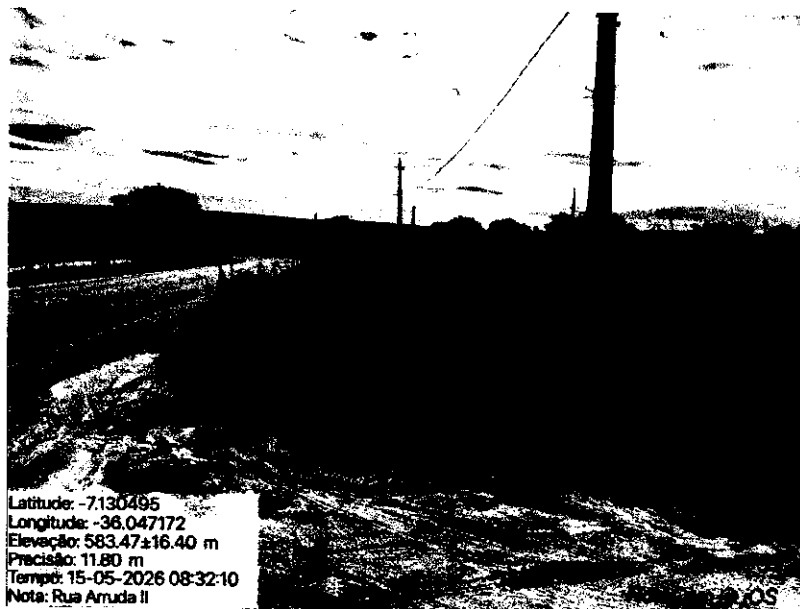


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.130419
Longitude: -36.047100
Elevação: 590.42±8.93 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 15-05-2026 08:29:42
Nota: Rua Arruda II

Foto 3 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Latitude: -7.130495
Longitude: -36.047172
Elevação: 583.47±16.40 m
Precisão: 11.80 m
Tempo: 15-05-2026 08:32:10
Nota: Rua Arruda II

Foto 4 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.130925
Longitude: -36.047366
Elevação: 592.01±3.00 m
Precisão: 12.24 m
Tempo: 15-05-2026 08:33:07
Nota: Rua Arruda II

Foto 5 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Latitude: -7.130925
Longitude: -36.047366
Elevação: 592.01±3.00 m
Precisão: 12.24 m
Tempo: 15-05-2026 08:33:07
Nota: Rua Arruda II

Foto 6 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 7 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Foto 8 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 9 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Foto 10 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 11 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)

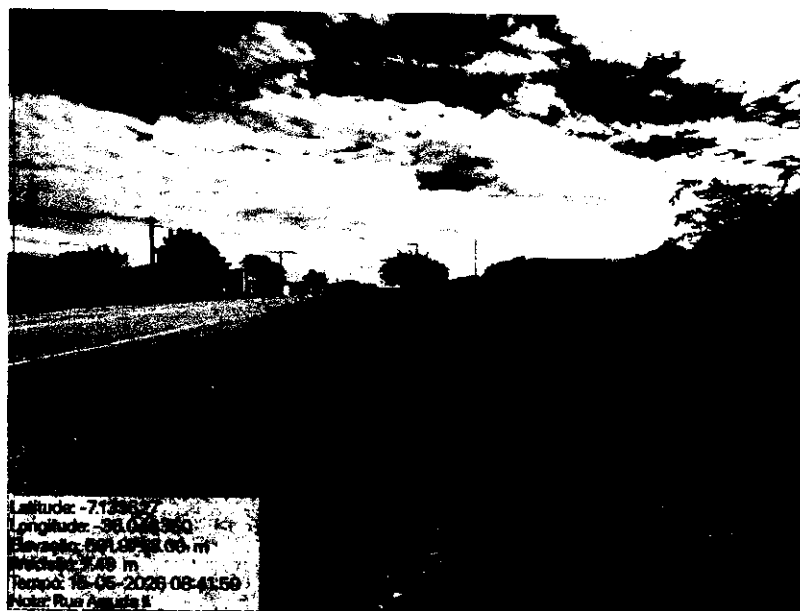


Foto 12 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



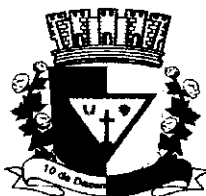
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



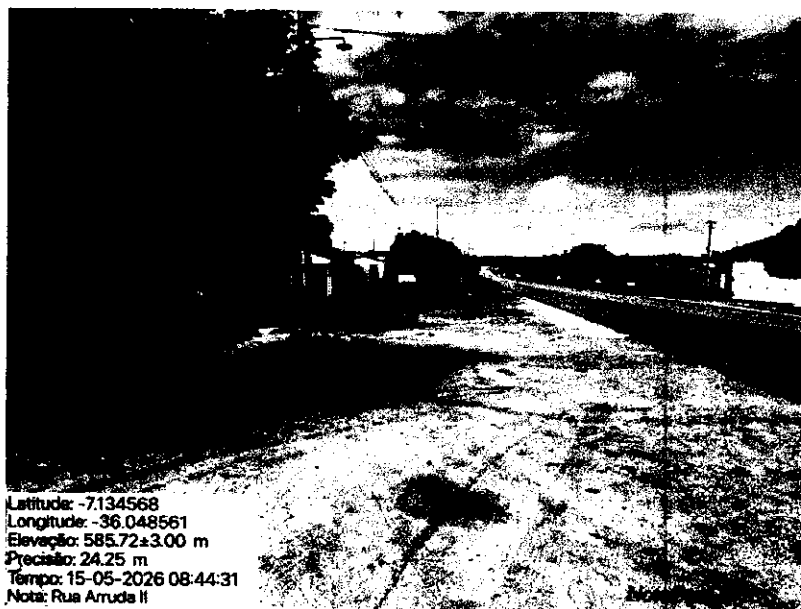
Foto 13 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Foto 14 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)

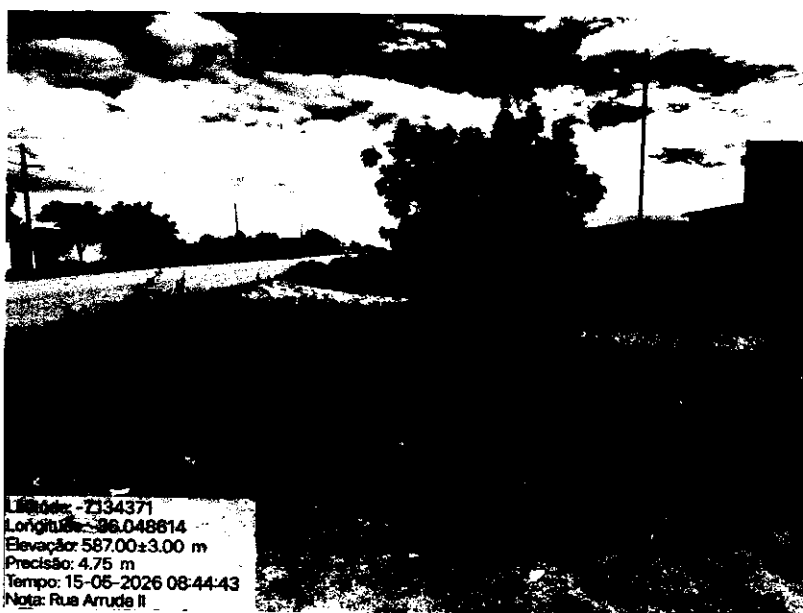


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.134568
Longitude: -36.048561
Elevação: 585.72±3.00 m
Precisão: 24.25 m
Tempo: 15-05-2026 08:44:31
Nota: Rua Arruda II

Foto 15 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Latitude: -7.134371
Longitude: -36.048614
Elevação: 587.00±3.00 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 15-05-2026 08:44:43
Nota: Rua Arruda II

Foto 16 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7134957
Longitude: -36.048867
Elevação: 586.15±3.00 m
Precisão: 5.08 m
Tempo: 15-05-2026 08:47:21
Nota: Rua Arruda II

Foto 17 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Latitude: -7134938
Longitude: -36.048848
Elevação: 586.98±3.09 m
Precisão: 3.90 m
Tempo: 15-05-2026 08:47:29
Nota: Rua Arruda II

Foto 18 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

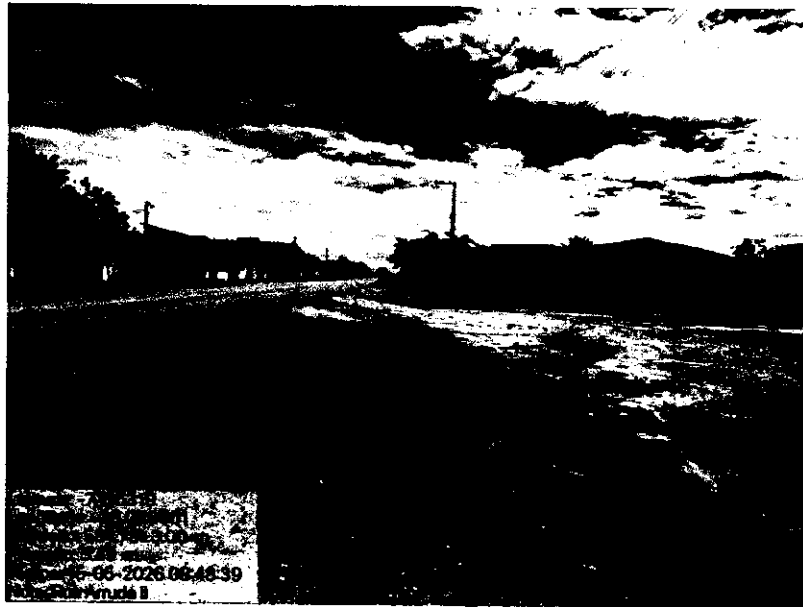


Foto 19 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Foto 20 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



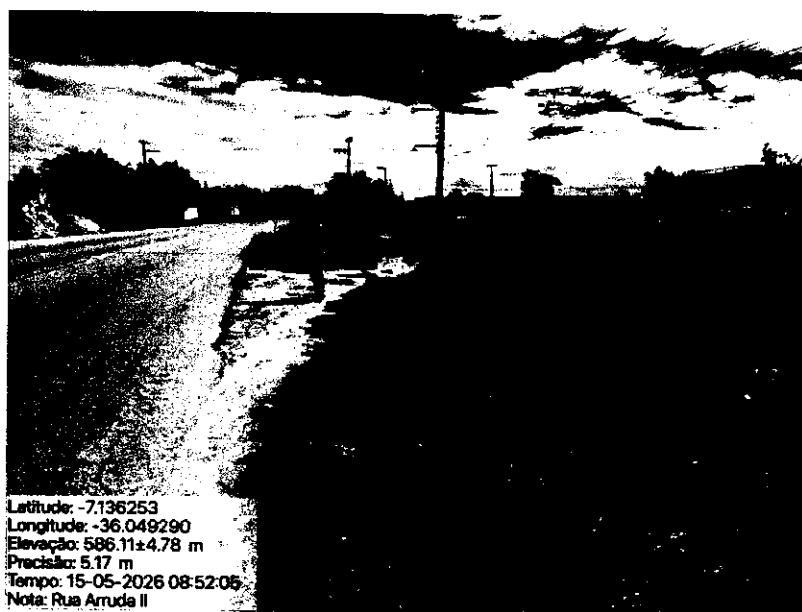
Foto 21 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



Foto 22 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.136253
Longitude: -36.049290
Elevação: 586.11±4.78 m
Precisão: 5.17 m
Tempo: 15-05-2026 08:52:06
Nota: Rua Arruda II

Foto 23 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



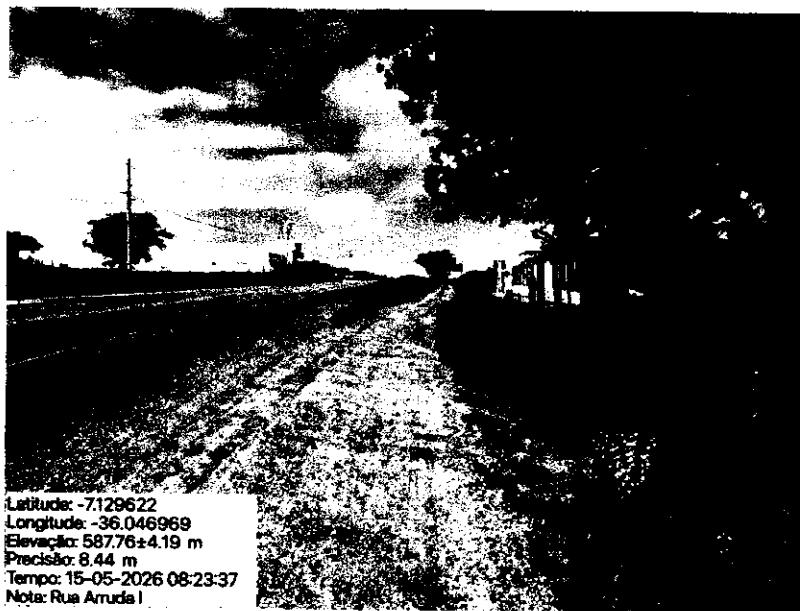
Latitude: -7.136274
Longitude: -36.049182
Elevação: 583.81±5.25 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 15-05-2026 08:51:25
Nota: Rua Arruda II

Foto 24 — RUA PROJETADA 1 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



Latitude: -7.129622
Longitude: -36.046969
Elevação: 587.76±4.19 m
Precisão: 8.44 m
Tempo: 15-05-2026 08:23:37
Nota: Rua Arruda I

Foto 1 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



Latitude: -7.129906
Longitude: -36.047082
Elevação: 588.91±3.00 m
Precisão: 5.34 m
Tempo: 15-05-2026 08:24:09
Nota: Rua Arruda I

Foto 2 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

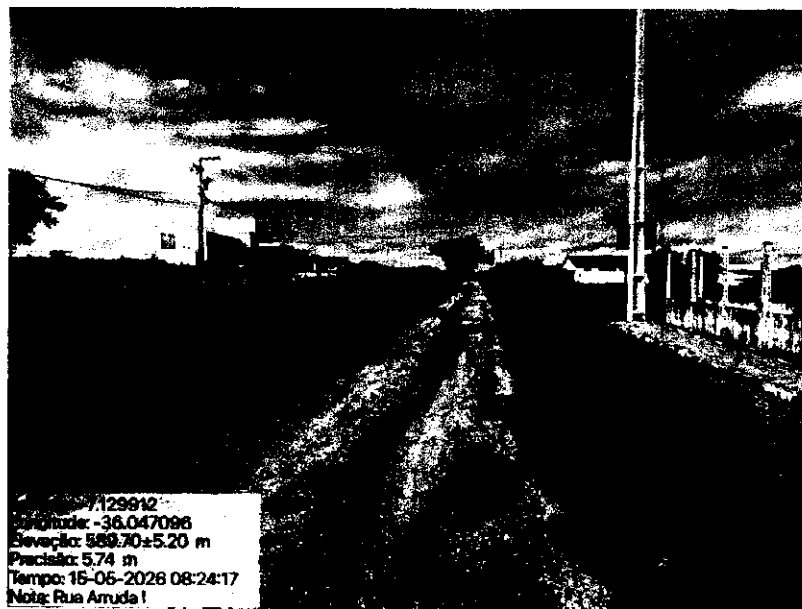


Foto 3 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



Foto 4 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

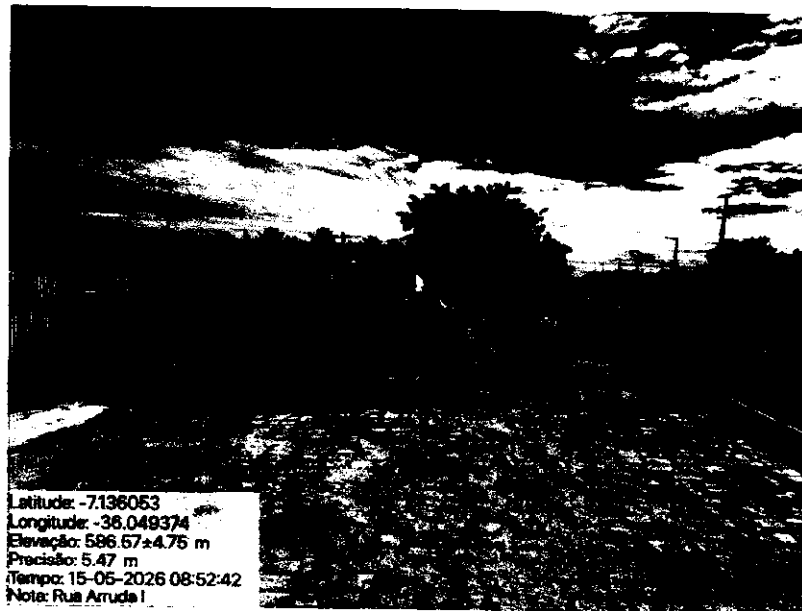


Foto 5 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



Foto 6 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 7 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)

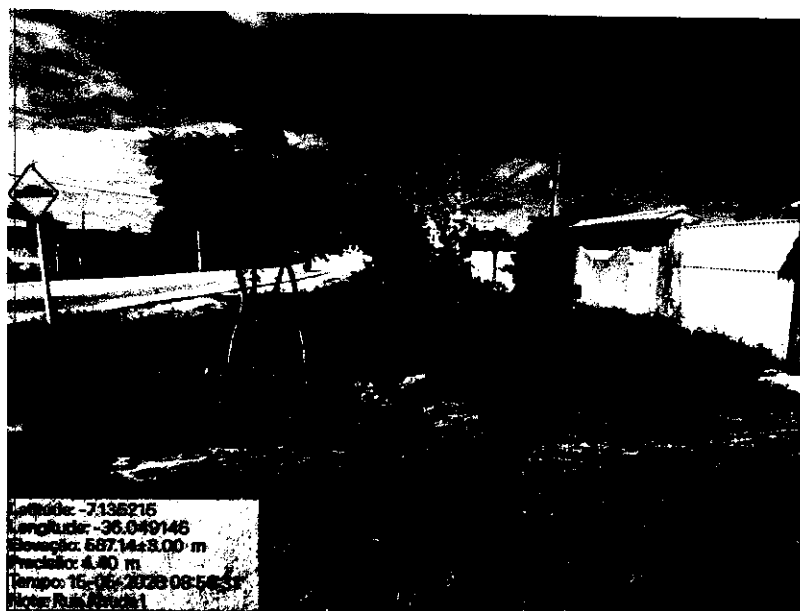


Foto 8 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 9 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



Foto 10 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

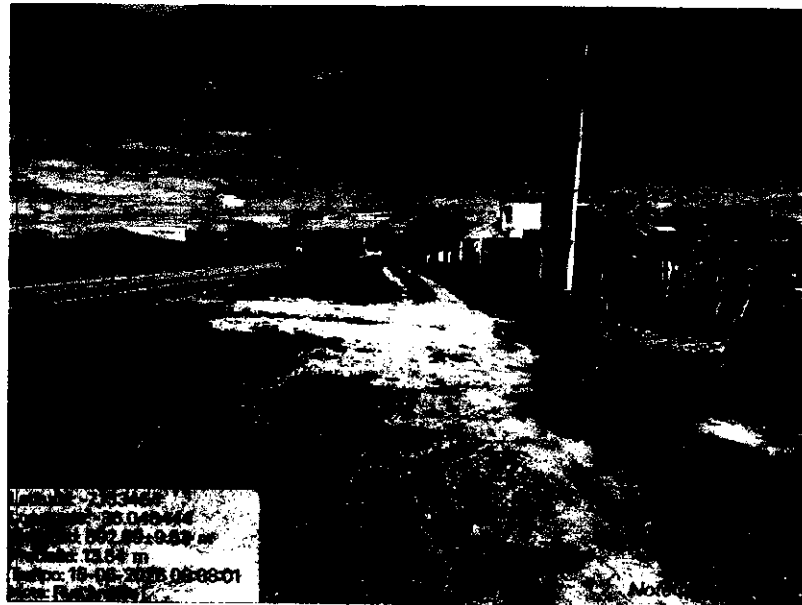


Foto 11 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



Foto 12 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 13 — RUA PROJETADA 2 (ARRUDA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



Latitude: -7.069259
Longitude: -36.066102
Elevação: 626.77±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:09:08 AM

Foto 1 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



Latitude: -7.068895
Longitude: -36.066238
Elevação: 629.18±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:10:43 AM

Foto 2 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.068920
Longitude: -36.066231
Elevação: 630.22±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:10:50 AM

NoteCam 10

Foto 3 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



Latitude: -7.068692
Longitude: -36.066326
Elevação: 637.91±24.00 m
Precisão: 9.03 m
Tempo: 13-05-2026 9:12:20 AM

Foto 4 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA

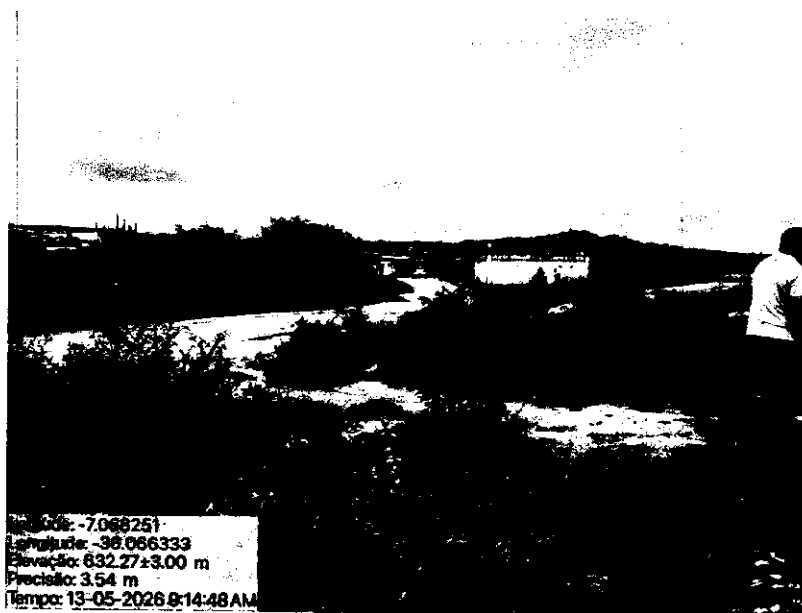


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.088606
Longitude: -36.066317
Elevação: 829.94±4.03 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 13-05-2026 9:12:32 AM

Foto 5 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



Latitude: -7.088251
Longitude: -36.066333
Elevação: 832.27±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:14:48 AM

Foto 6 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.068738
Longitude: -36.087407
Elevação: 630.06±6.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 13-05-2026 9:19:47 AM

Foto 7 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA

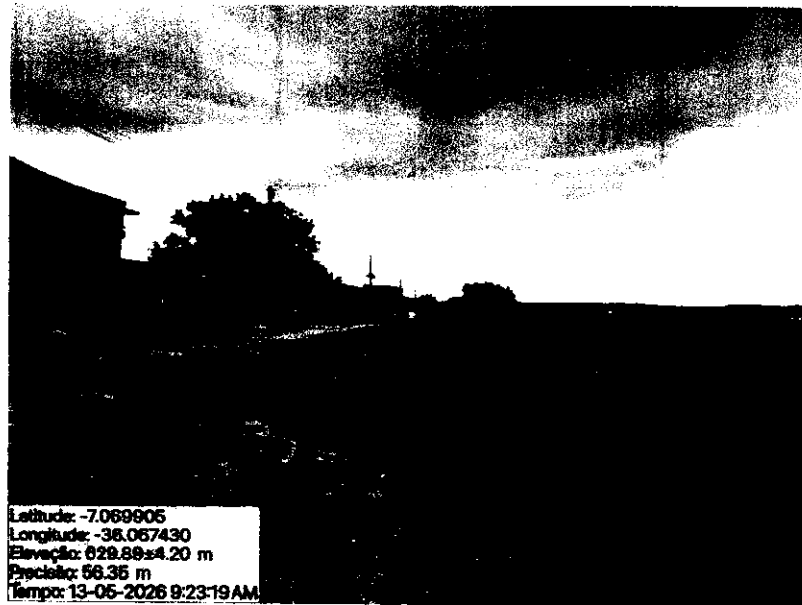


Latitude: -7.068647
Longitude: -36.067429
Elevação: 631.72±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:19:53 AM

Foto 8 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.068905
Longitude: -36.067430
Elevação: 629.89±4.20 m
Precisão: 56.35 m
Tempo: 13-05-2026 9:23:19 AM

Foto 9 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



Latitude: -7.068959
Longitude: -36.068366
Elevação: 633.94±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 13-05-2026 9:23:27 AM

Foto 10 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 11 — RUAS ESTAÇÃO FERROVIARIA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

RUA VILA FELIZ



Latitude: -7.074513
Longitude: -36.079889
Elevação: 634.55±3.00 m
Precisão: 3.53 m
Tempo: 15-05-2026 10:59:41AM

Foto 1 — RUA VILA FELIZ



Latitude: -7.074429
Longitude: -36.079158
Elevação: 642.70±6.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 15-05-2026 11:02:00AM

Foto 2 — RUA VILA FELIZ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.074133
Longitude: -36.077847
Elevação: 623.94±3.00 m
Precisão: 3.64 m
Tempo: 15-05-2026 14:05:46AM

Foto 3 — RUA VILA FELIZ



Latitude: -7.074480
Longitude: -36.079248
Elevação: 644.18±24.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 15-05-2026 11:01:55AM

Nota: Cam 05-05

Foto 4 — RUA VILA FELIZ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

SERRA DO ARRUDA



Latitude: -7.144547
Longitude: -36.038986
Elevação: 669.58±8.00 m
Precisão: 33.80 m
Tempo: 12-05-2026 11:22:40AM

NoteCam @ iOS

Foto 1 — SERRA DO ARRUDA



Latitude: -7.145060
Longitude: -36.039747
Elevação: 658.51±5.37 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 12-05-2026 11:25:10AM

NoteCam @ iOS

Foto 2 — SERRA DO ARRUDA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7144547
Longitude: -36.038986
Elevação: 669.58±8.00 m
Precisão: 33.80 m
Tempo: 12-05-2026 11:22:34 AM

NoteCam @ IOS

Foto 3 — SERRA DO ARRUDA



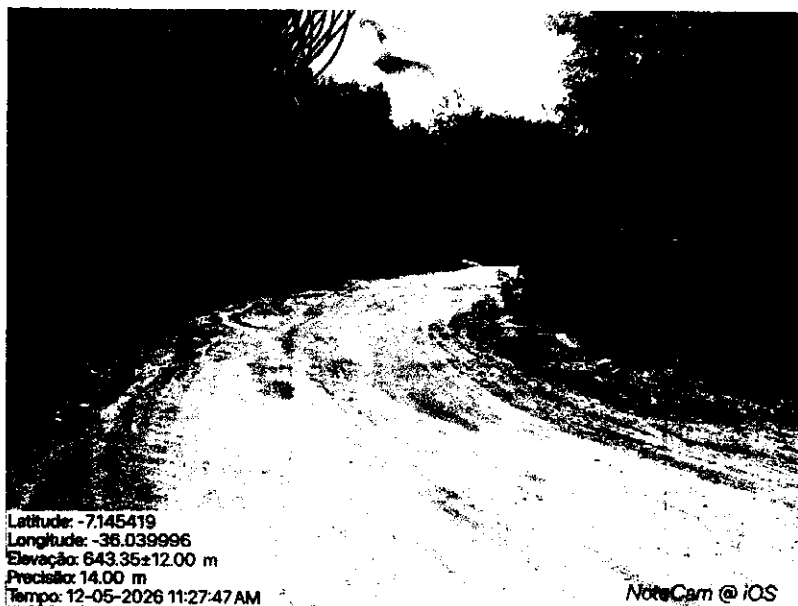
Latitude: -7146475
Longitude: -36.039950
Elevação: 648.16±24.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 12-05-2026 11:27:43 AM

NoteCam @ IOS

Foto 4 — SERRA DO ARRUDA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.145419
Longitude: -38.039996
Elevação: 643.35±12.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 12-05-2026 11:27:47 AM

NoteCam @ iOS

Foto 5 — SERRA DO ARRUDA



Latitude: -7.145333
Longitude: -36.040154
Elevação: 650.74±5.37 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 12-05-2026 11:28:02 AM

Foto 6 — SERRA DO ARRUDA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Foto 7 — SERRA DO ARRUDA



Foto 8 — SERRA DO ARRUDA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7145036
Longitude: -36.039733
Elevação: 656.46±4.03 m
Precisão: 4.75 m
Tempo: 12-05-2026 11:25:18AM

Foto 9 — SERRA DO ARRUDA



Latitude: -7145017
Longitude: -36.040296
Elevação: 644.03±6.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 12-05-2026 11:32:07AM

Foto 10 — SERRA DO ARRUDA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7144860
Longitude: -36.040204
Elevação: 643.08±4.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 12-05-2026 11:32:40 AM

Foto 11 — SERRA DO ARRUDA



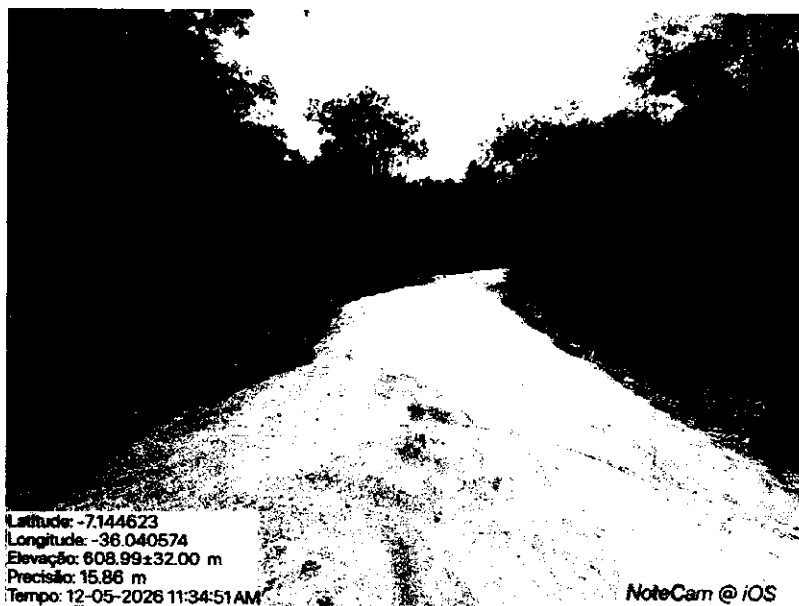
Latitude: -7144837
Longitude: -36.040177
Elevação: 643.54±3.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 12-05-2026 11:32:44 AM

Foto Cam 61 IOS

Foto 12 — SERRA DO ARRUDA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.144623
Longitude: -36.040574
Elevação: 608.99±32.00 m
Precisão: 15.86 m
Tempo: 12-05-2026 11:34:51AM

NoteCam @ iOS

Foto 13 — SERRA DO ARRUDA



Latitude: -7.144623
Longitude: -36.040234
Elevação: 644.44±6.00 m
Precisão: 14.00 m
Tempo: 12-05-2026 11:32:03AM

NoteCam @ iOS

Foto 14 — SERRA DO ARRUDA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 19 – Centro, Pocinhos/PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72



Latitude: -7.144872
Longitude: -36.040985
Elevação: 630.38±6.00 m
Precisão: 3.54 m
Tempo: 12-05-2026 11:37:17 AM

Foto 15 — SERRA DO ARRUDA



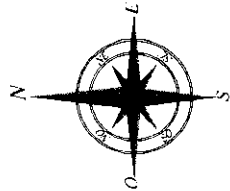
Latitude: -7.144718
Longitude: -36.040638
Elevação: 628.71±6.00 m
Precisão: 3.63 m
Tempo: 12-05-2026 11:34:58 AM

Foto 16 — SERRA DO ARRUDA

**FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO:05122480443**

Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Fiscal
CREA nº 161258497-7

Assinado digitalmente por FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO.
05122480443
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RTB e-CPF A1, OU=EM BRANCO,
OU=3831904000124, OU=videoconferencia, CN=FERNANDO
GOMES ARAUJO FILHO:05122480443
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026-05-15 17:59:16
Font Reader Versão: 9.7.1



RUA ABILIO INACIO

Comprimento = 185,00 m

Largura = 6,00 m

Área = 1.110,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217813.02 m S LONG.: 809239.79 m E

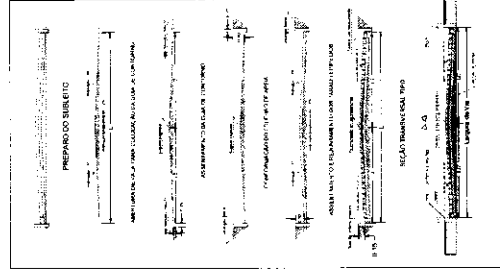
E9+5.00: LAT.: 9217699.86 m S LONG.: 809101.55 m E

PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500



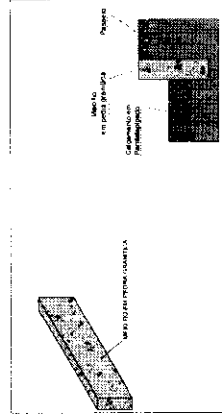
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Eslacas
- Curvas de nível

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 0512248043

E0: LAT.: 9217056.20 m S LONG.: 824967.15 m E

PLANTA BAIXA DE ARRUMAMENTO DA VIA

Escala 1:500

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217056.20 m S LONG.: 824967.15 m E

E4+11.00: LAT.: 9217146.41 m S LONG.: 824968.04 m E

**FERNANDO
GOMES ARAUJO**
Fil HO-05122480443

4



LEGENDA



Casas

Linha Base Eixo

Meio Fio Existente

Meio Fio Projetado

Pavimento Projeto

Indicação de Fluxo de Drenagem

SECRET

Curvas de nível

PLANTA BAIXA DE ARRUAAMENTO DA VIA

Escala 1:500

DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

**FERNANDO
GOMES ARAUJO**
Fil HO-05122480443

RUA BELISIO PEREIRA

Comprimento = 135,00 m

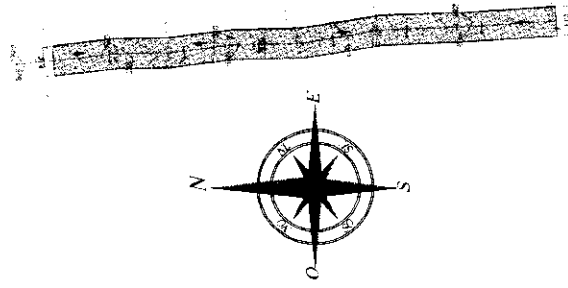
Largura = 8,00 m

Área = 1.080,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

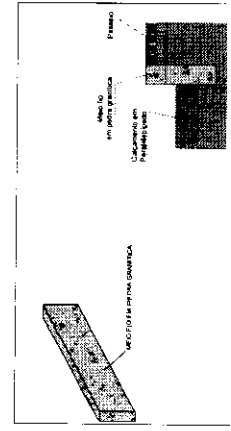
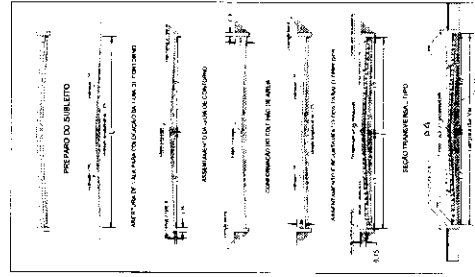
E0: LAT.: 9217508.18 m S LONG.: 825580.92 m E

E6+15.00: LAT.: 9217643.70 m S LONG.: 825567.76 m E



PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estacas
- Curvas de nível

RUA BELISIO PEREIRA

Comprimento = 135,00 m

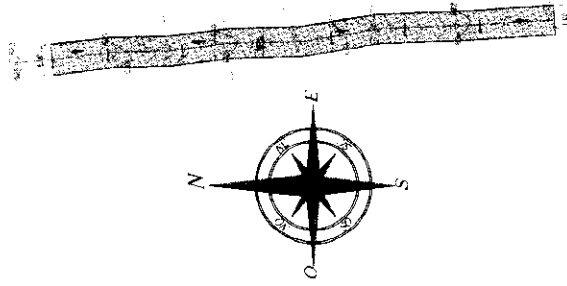
Largura = 8,00 m

Área = 1.080,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

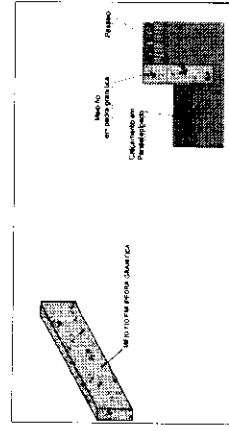
E0: LAT.: 9217508.18 m S LONG.: 825580.92 m E

E6+15.00: LAT.: 9217643.70 m S LONG.: 825567.76 m E

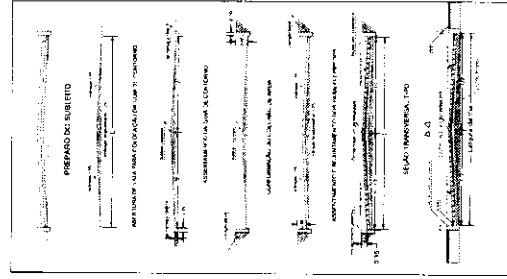


PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)



DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estacas
- Curvas de nível

RUA DO SÍTIO CASTELO

Comprimento = 900,00 m

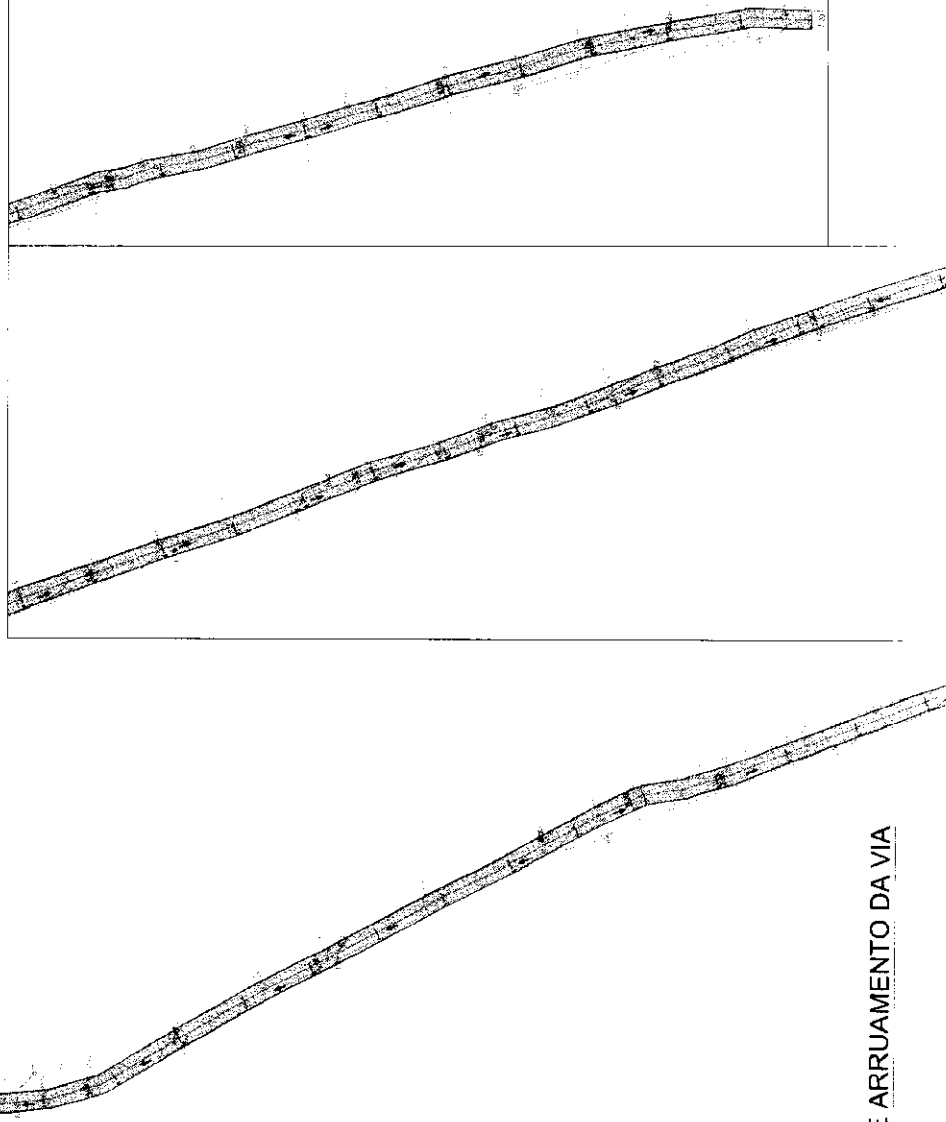
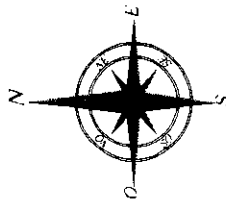
Largura = 5,00 m

Área = 4.500,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9215482.19 m S LONG.: 824281.85 m E

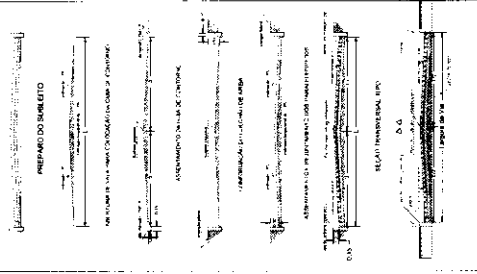
E45: LAT.: 9214631.44 m S LONG.: 824530.81 m E



PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA
Escala 1:500



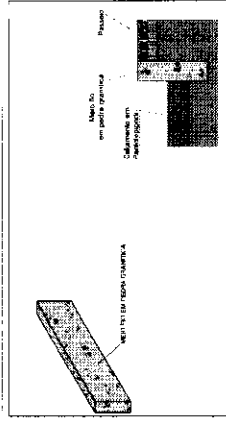
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estacas
- Cunhas de nível

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)



FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 05122480443

RUA DO SÍTIO MARIS PRETO

Comprimento = 480,00 m

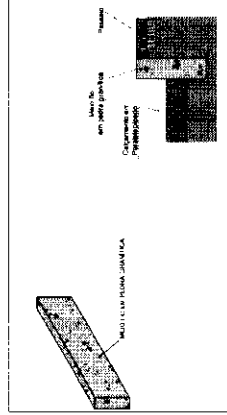
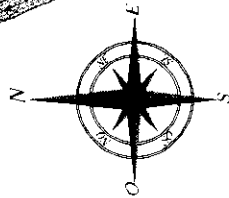
Largura = 5,00 m

Área = 2.400,00 m²

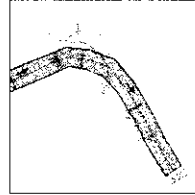
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9213898.11 m S LONG.: 169460.76 m E

E24: LAT.: 9214339.80 m S LONG.: 169355.76 m E



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

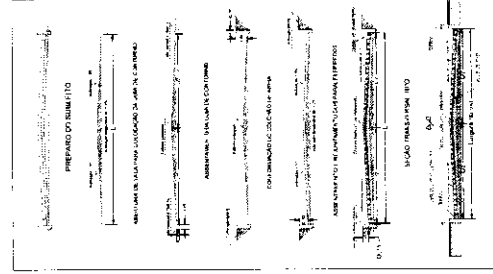


PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500



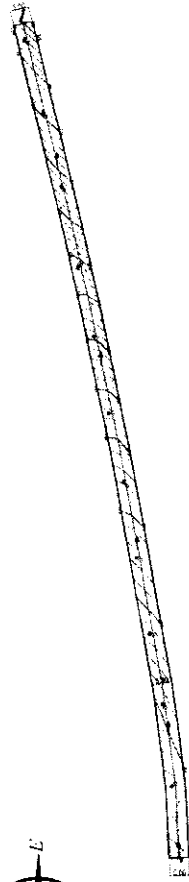
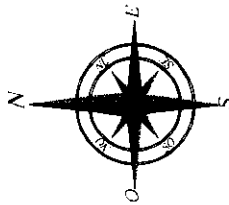
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estradas
- Curvas de nível

DETALHES DE TRANSVERSAL
COM O ABRAÇO
DAS ESTRUTURAS



RUA VILA FELIZ

Comprimento = 225,33 m

Largura = 5,00 m

Área = 1.126,65 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217002.23 m S LONG.: 822617.12 m E

E11+5.33 : LAT.: 9217043.61 m S LONG.: 822838.31 m E

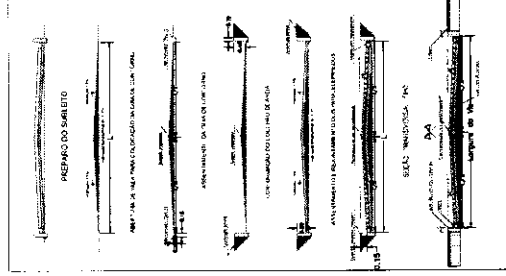
PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500

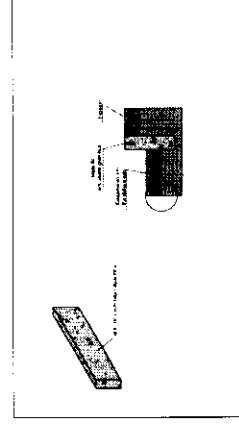
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

LEGENDA

	Casas
	Linha Base Eixo
	Meio Fio Externo
	Meio Fio Projetado
	Pavimento Projetado
	Indicação de Fluxo de Drenagem
	Esacas
	Curvas de nível



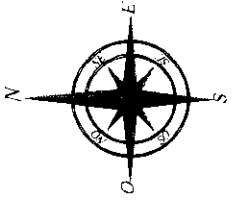
DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



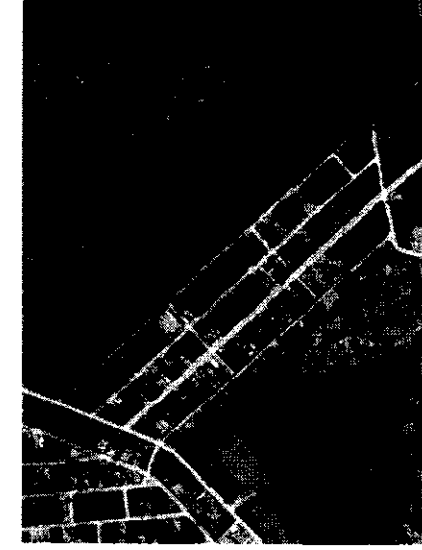
DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 0512248043

PROJETO DE ARRUAMENTO DE VIAS
PROJETO DE ARRUAMENTO DE VIAS
PROJETO DE ARRUAMENTO DE VIAS



RUA FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS
Comprimento = 477,36 m
Largura = 6,00 m
Área = 2.864,16 m²
COORDENADAS GEODAS/CAS:
ED. LAT.: 9217151.15 m S LONG.: 82597058 m E
C3+17,38 ; LAT.: 9217305,56 m S LONG.: 825851,09 m E

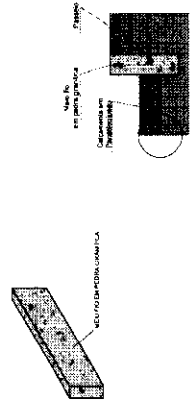


CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

LEGENDA

	Casas
	Linha Base Exo
	Meio Fio Existente
	Meio Fio Projetado
	Pavimento Projetado
	Indicação de Fluxo de Drenagem
	Estacas
	Curvas de nível

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO-05 122480443

RUA GERALDO FELIPE

Comprimento = 306,00 m

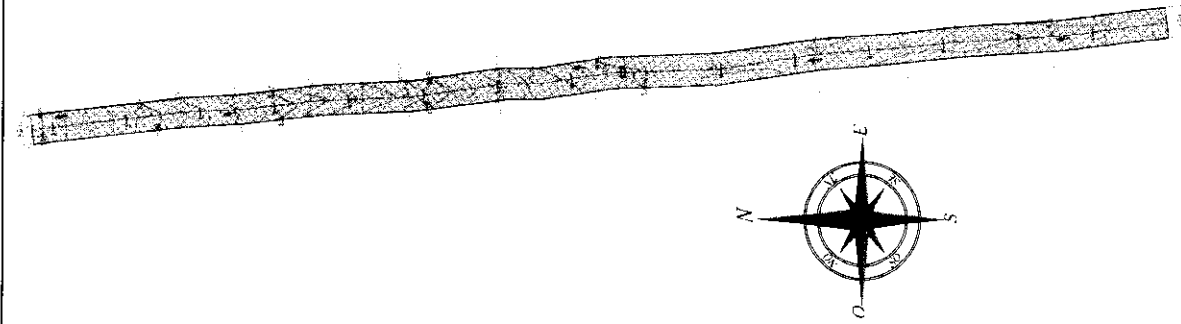
Largura = 8,00 m

Área = 2.448,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

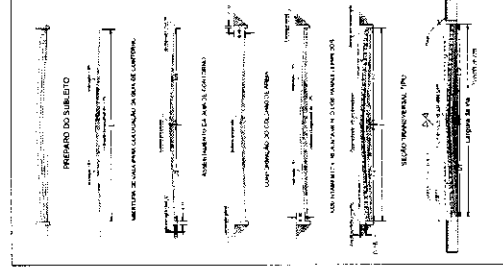
E0: LAT.: 9217730.00 m S LONG.: 825456.62 m E

E6+12.00: LAT.: 9217424.96 m S LONG.: 825487.62 m E



PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA
Escala 1:500

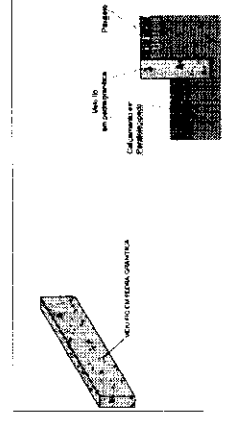
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estradas
- Curvas de nível

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 0512248043

RUA HELENO EPIFANIO

Comprimento = 207,00 m

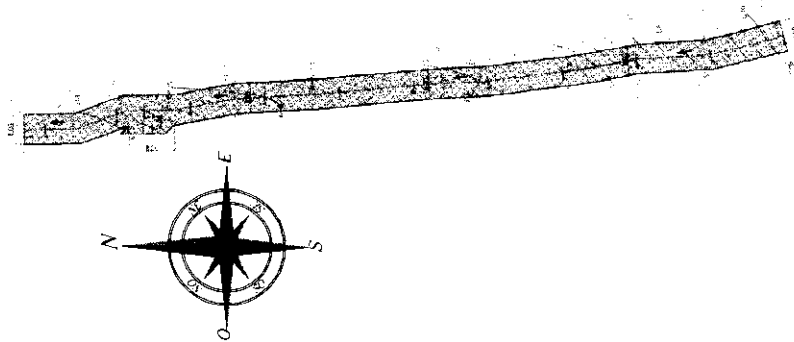
Largura = 8,00 m

Área = 1.656,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217462.40 m S LONG.: 824974.20 m E

E10+5.66: LAT.: 9217664.93 m S LONG.: 824946.73 m E



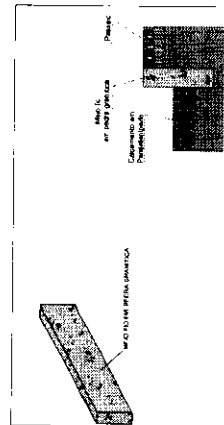
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

LEGENDA

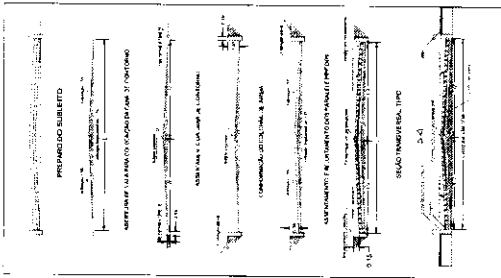
- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Eslacas
- Curvas de nível

PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)



DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 05122480443



Largura = 6,00 m

Área = 690,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217576.07 m S LONG.: 824140.57 m E

E5+15.00: LAT.: 9217685.57 m S LONG.: 824123.23 m E

PLANTA BAIXA DE ARRUAAMENTO DA VIA

Escala 1:500

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

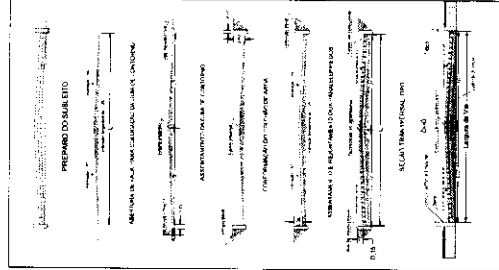


DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

**FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO:05122480443**



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



LEGENDA



Casas

Linha Base Elxo

Meio Fio Existente

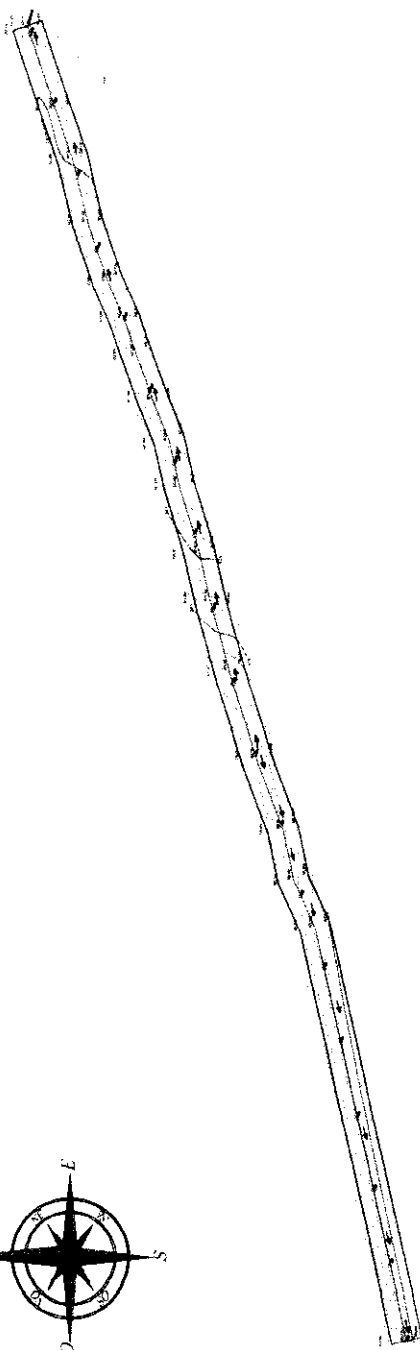
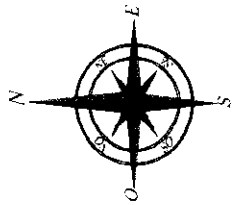
Meio Fio Projetado

Pavimento Projetado

Indicação de Fluxo de Drenagem

Estacas

Curvas de nivel



RUA VILA ESTAÇÃO

Comprimento = 362,42 m

Largura = 8,00 m

Área = 2.899,36 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217580.2 m S LONG.: 823768.87 m E

E18+2.42 : LAT.: 9217681.84 m S LONG.: 824116.02 m E

PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

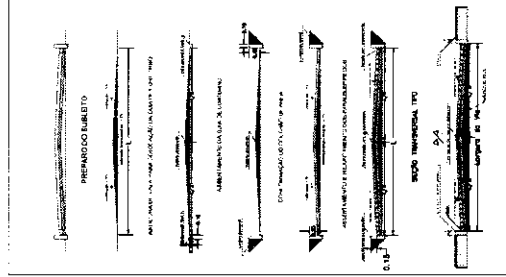
Escala 1:500

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

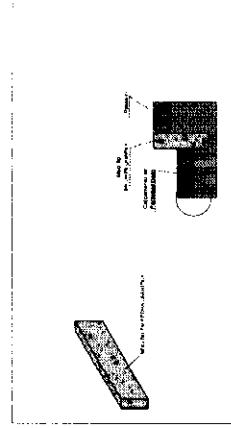


LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estacas
- Curvas de nível



DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO:05122480443

RUA JOSE TARGINO

Comprimento = 132,00 m

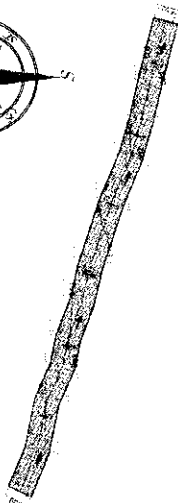
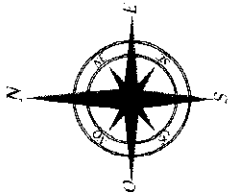
Largura = 6,50 m

Área = 858,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9216866.57 m S LONG.: 823015.16 m E

E6+12.00: LAT.: 9216830.49 m S LONG.: 823139.49 m E



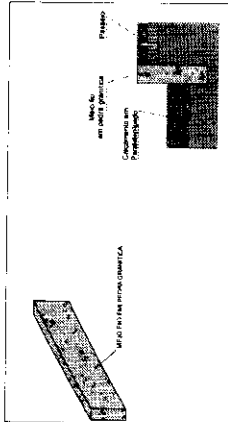
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

LEGENDA

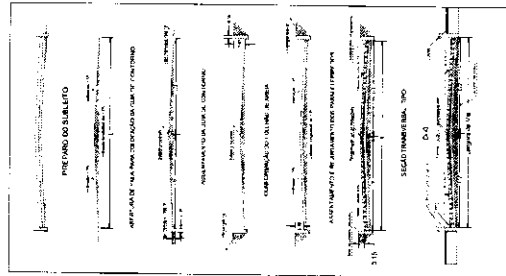
- Casas
- Linha Base Eixo
- Malto Fio Existente
- Malto Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estacas
- Curvas de nível

PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500

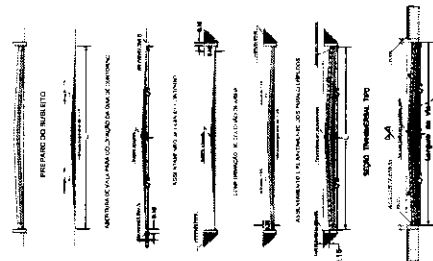
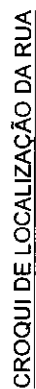
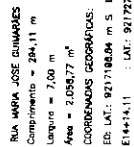


DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

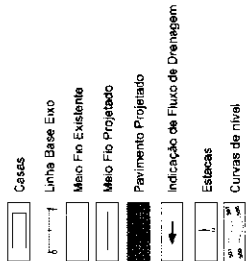


DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

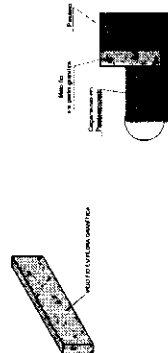
FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 05/22480443



LEGENDA



DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



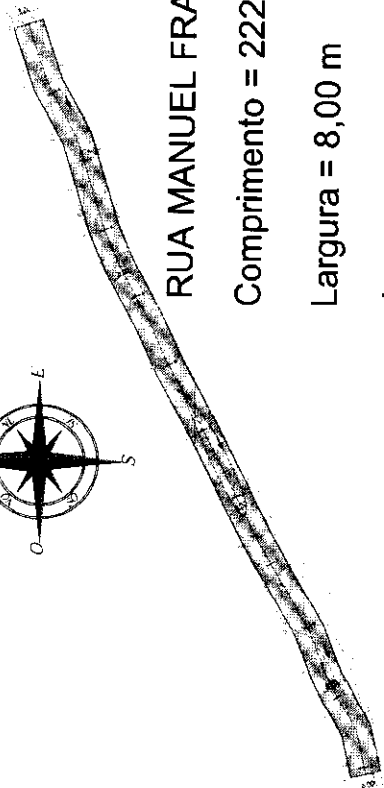
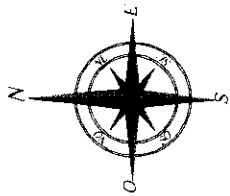
DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

PLANTA BAIXA DE ARRUAAMENTO DA VIA

**FERNANDO
GOMES ARAUJO**
FILHO: 0512248043



01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59																																									



RUA MANUEL FRANCISCO DOS SANTOS

Comprimento = 222,00 m

Largura = 8,00 m

Área = 1.776,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

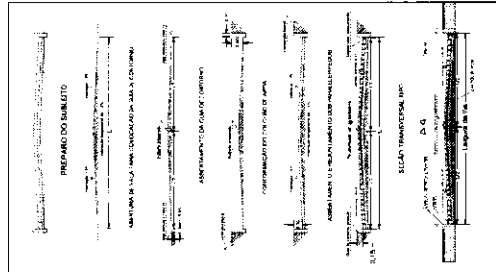
E0: LAT.: 9217609.91 m S LONG.: 824122.13 m E

E11+2.00: LAT.: 9217518.74 m S LONG.: 823922.64 m E

PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500

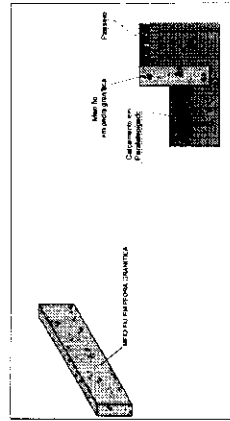
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



LEGENDA



DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO-05122480443

RUA MARIA DE FATIMA PATRICIO

Comprimento = 270,00 m

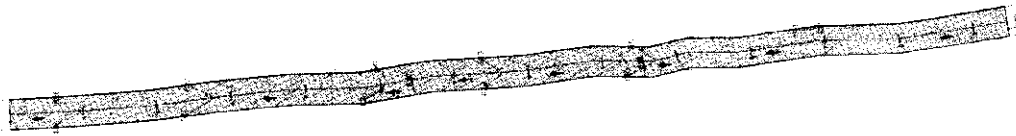
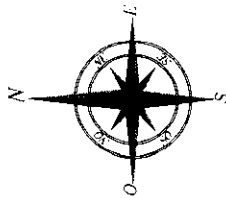
Largura = 8,00 m

Área = 2.160,00 m²

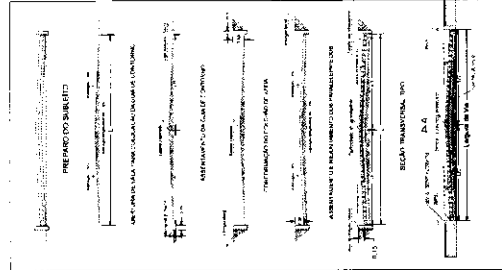
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217734.26 m S LONG.: 825508.42 m E

E13+10.00: LAT.: 9217467.38 m S LONG.: 825535.74 m E



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



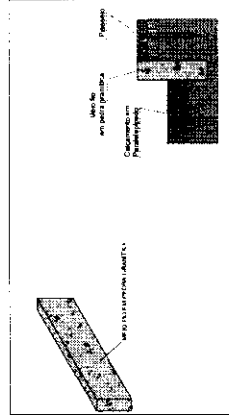
LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Melo Fio Existente
- Melo Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estacas
- Curvas de nível

PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO GOMES ARAUJO
FILHO 05122480443

RUA MARIA DE FATIMA PATRICIO

Comprimento = 270,00 m

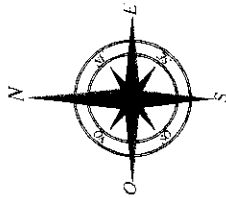
Largura = 8,00 m

Área = 2.160,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

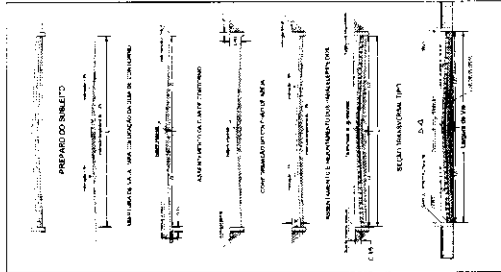
E0: LAT.: 9217734.26 m S LONG.: 825508.42 m E

E13+10.00: LAT.: 9217467.38 m S LONG.: 825535.74 m E



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

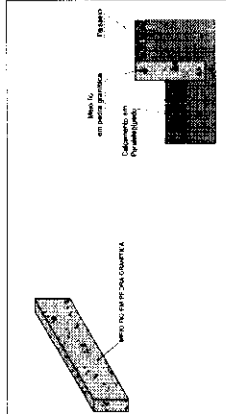
LEGENDA	
	Casas
	Linha Base Eixo
	Meio Fio Existente
	Meio Fio Projetado
	Pavimento Projetado
	Indicação de Fluxo de Drenagem
	Estacas
	Curvas de nível



PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS
DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 0512248043



PROJETO DE ARRUEAMENTO

PROJETO DE ARRUEAMENTO

PROJETO DE ARRUEAMENTO

PROJETO DE ARRUEAMENTO

PROJETO DE ARRUEAMENTO

PROJETO DE ARRUEAMENTO

RUA MANUEL ANDEZA

Comprimento = 405,00 m

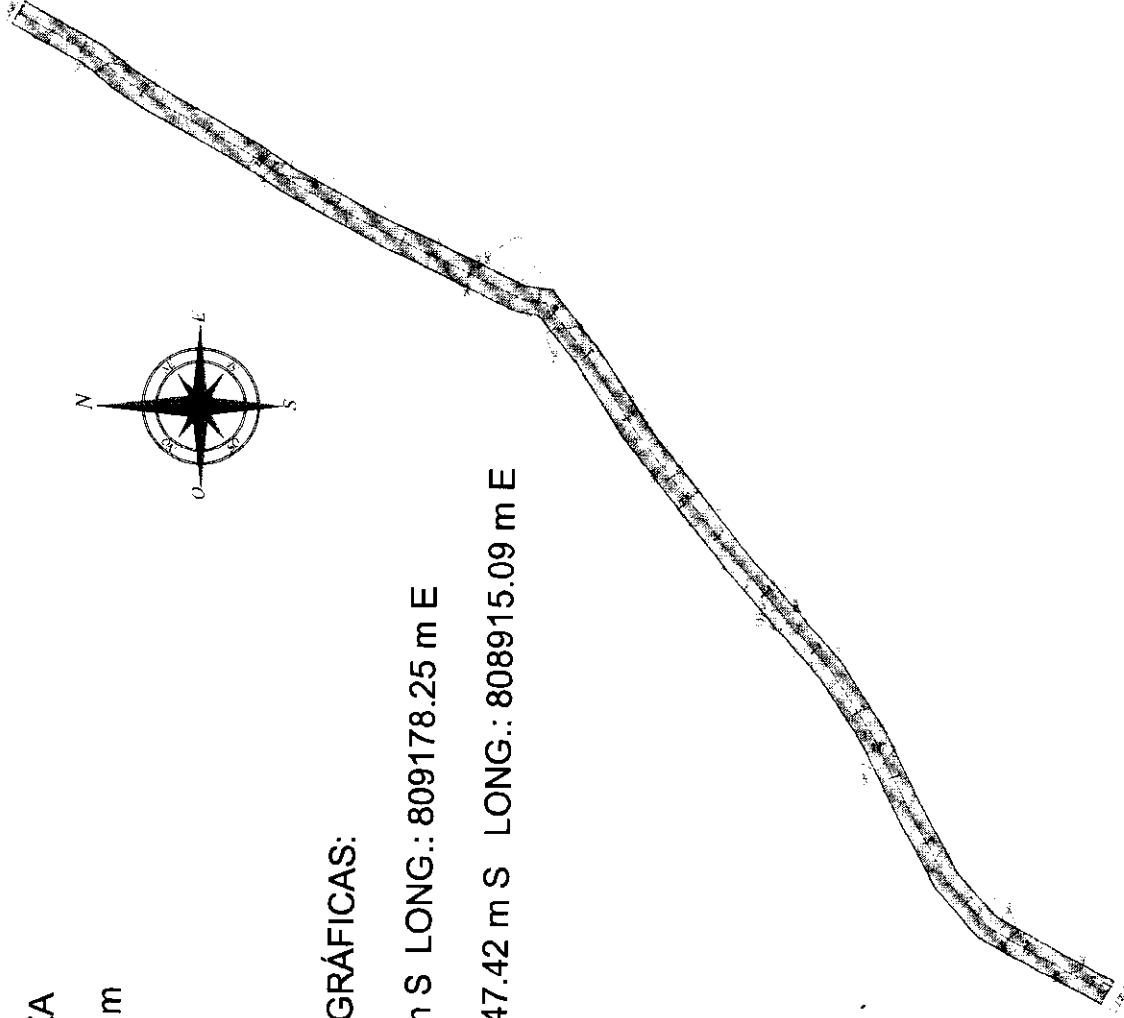
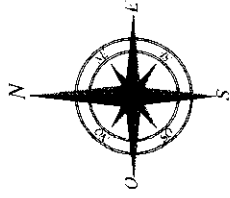
Largura = 7,00 m

Área = 2.835,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217840.65 m S LONG.: 809178.25 m E

E20+5.00: LAT.: 9217547.42 m S LONG.: 808915.09 m E



PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

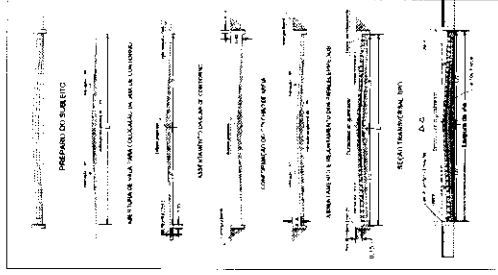
Escala 1:500

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

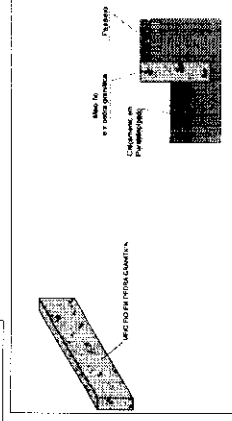


LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estações
- Curvas de nível



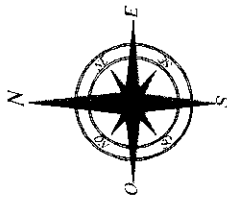
DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO-0512248043





RUA SEBASTIÃO VASCONCELOS

Comprimento = 45,00 m

Largura = 6,00 m

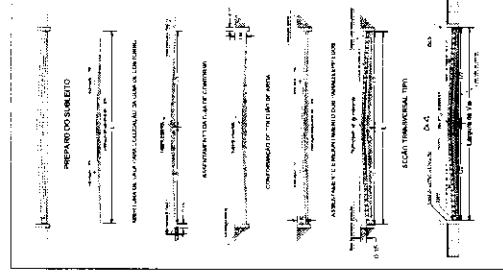
Área = 270,00 m²

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217646.11 m S LONG.: 825564.79 m E

E2+5.00: LAT.: 9217643.42 m S LONG.: 825520.44 m E

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



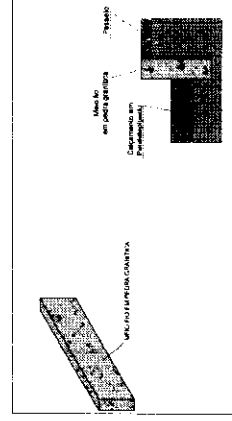
LEGENDA

	Casas
	Linha Base Eixo
	Meio Fio Existente
	Meio Fio Projetado
	Pavimento Projetado
	Indicação de Fluxo de Drenagem
	Esloacas
	Curvas de nível

PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA

Escala 1:500

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

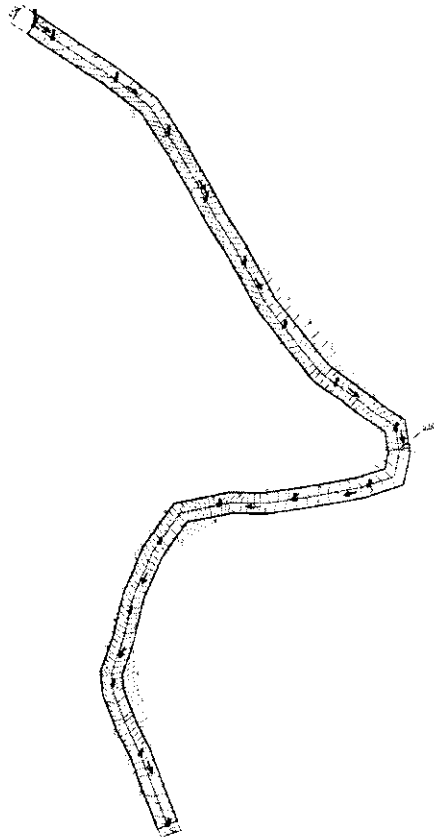


DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO: 05122480443

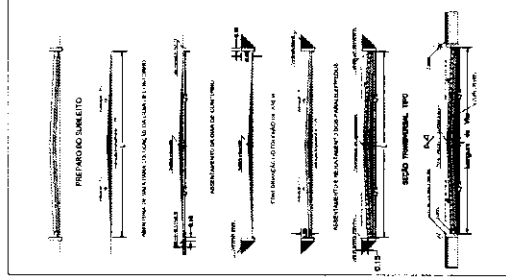
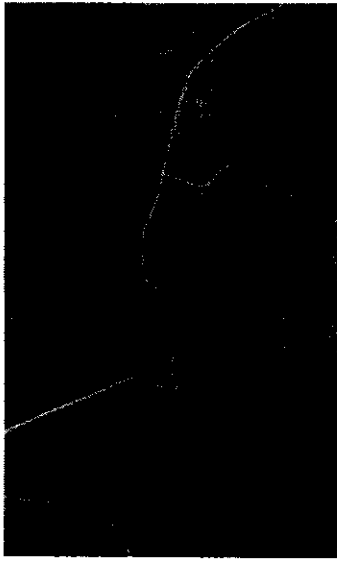


PROJETO DE ARRUEAMENTO
RUA SEBASTIÃO VASCONCELOS
LARGURA: 6,00 m
COMPRIMENTO: 45,00 m
ÁREA: 270,00 m²



PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA
Escala 1:500

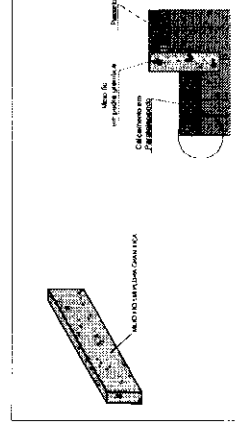
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Escaras
- Curvas de nível

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO-05122480443

PROF. FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO
CURSO DE ENGENHARIA DE CIVIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ENGENHARIA
CIVIL
LABORATÓRIO DE PROJETO DE VIA



RUA PROJETADA SANTA TEREZINHA (CONPEL)

Comprimento = 1.353,00 m

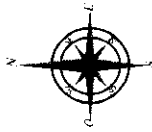
Largura = 7,00 m

Área = 9.471,00 m²

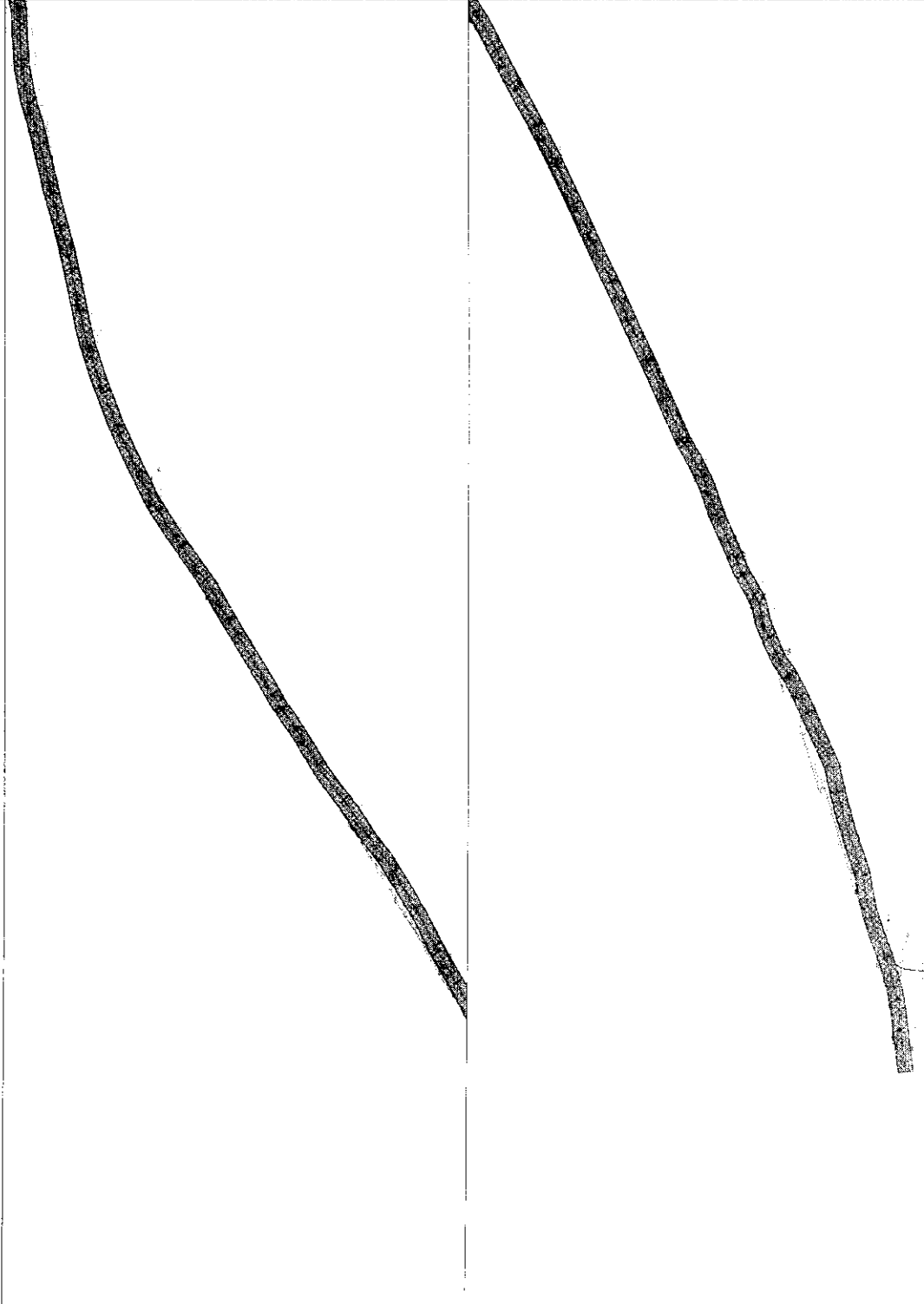
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

E0: LAT.: 9217606.52 m S LONG.: 824122.57 m E

E67+13.00: LAT.: 9217088.66 m S LONG.: 822888.10 m E

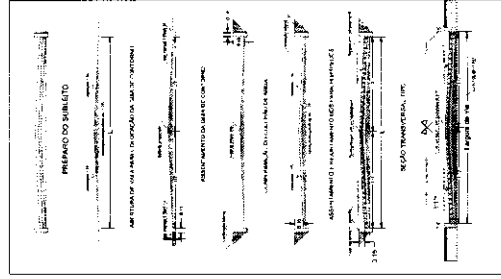


CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

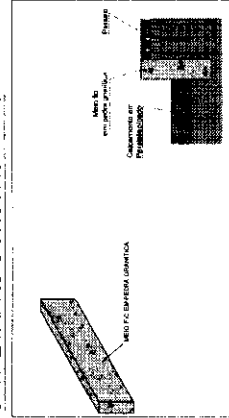


LEGENDA

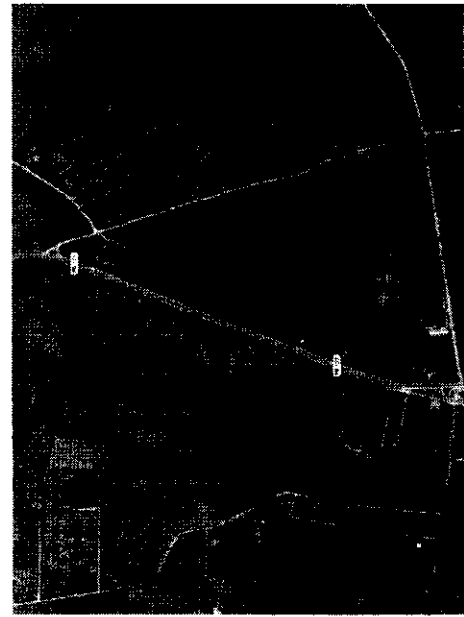
- Casas
- Linha Base Exis
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Eslacas
- Curvas de nível



DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS
DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



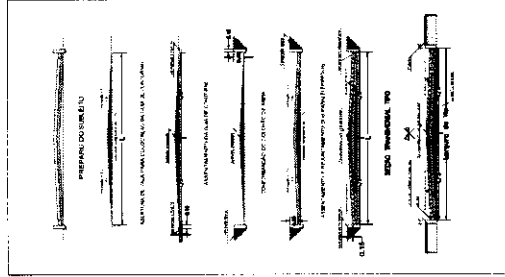
DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)



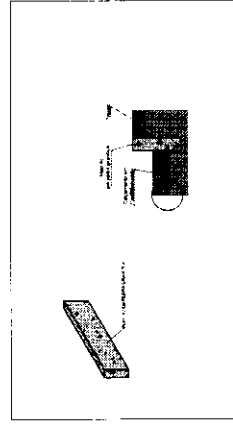
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA

LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Drenagem
- Estatas
- Curvas de nível

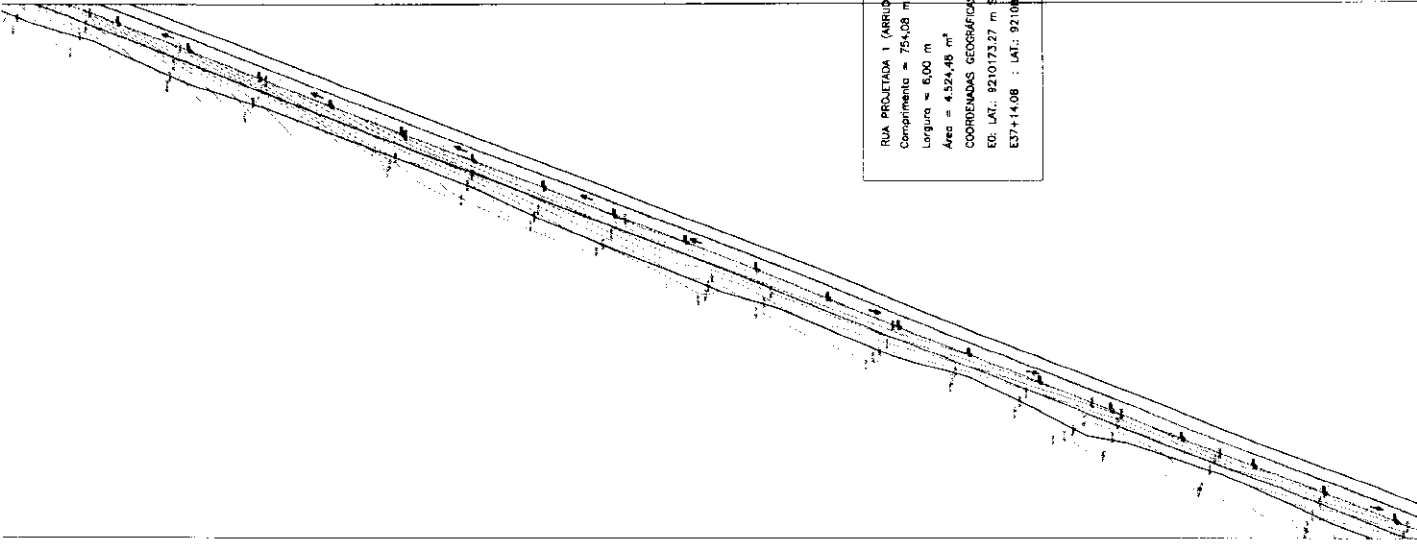
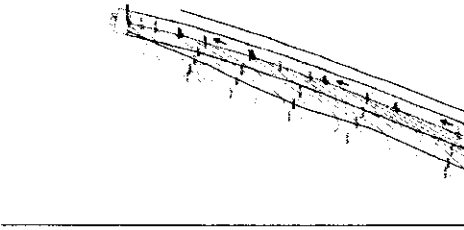


DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS
DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



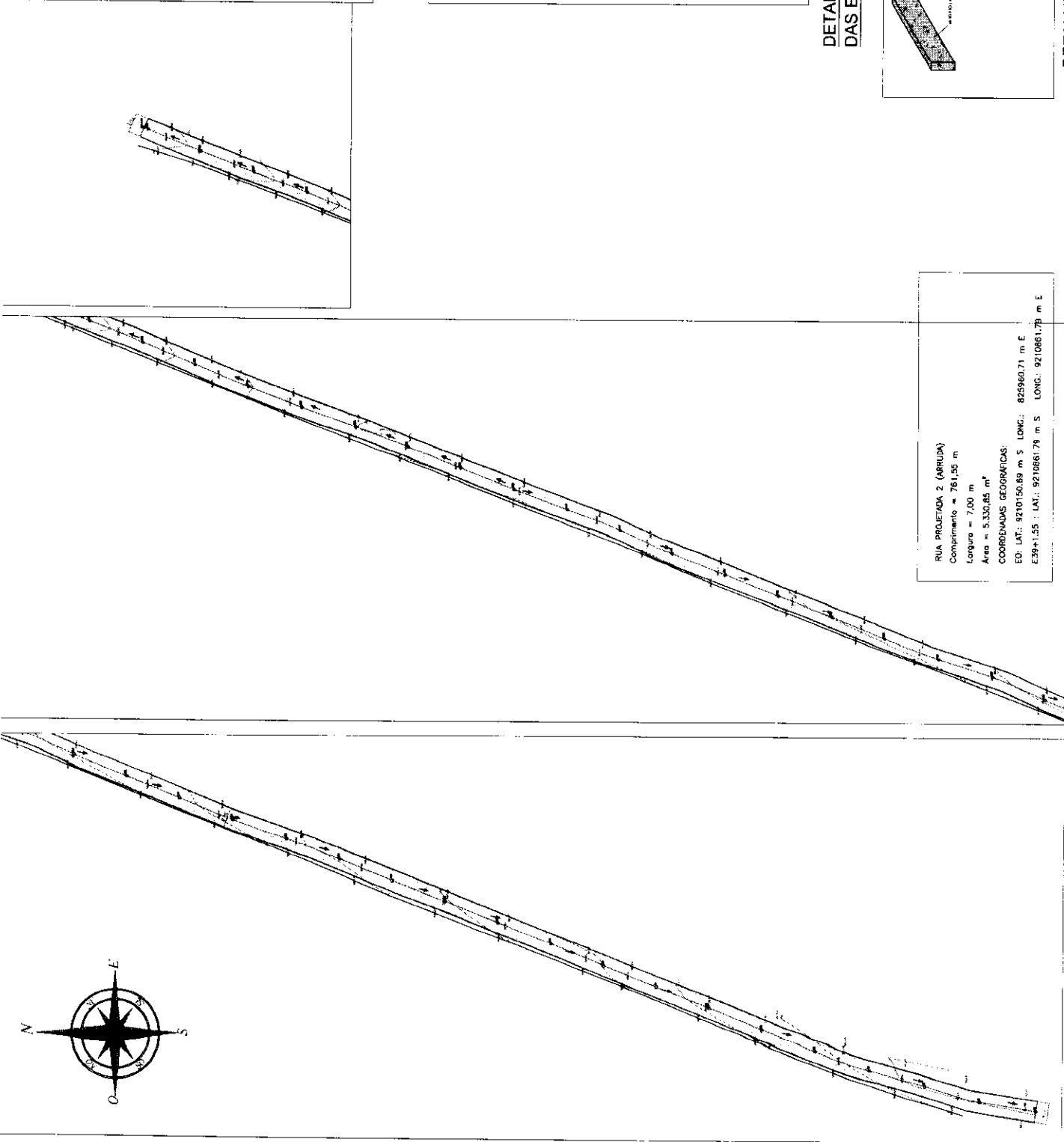
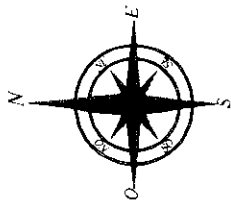
DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)

FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO 05122480433

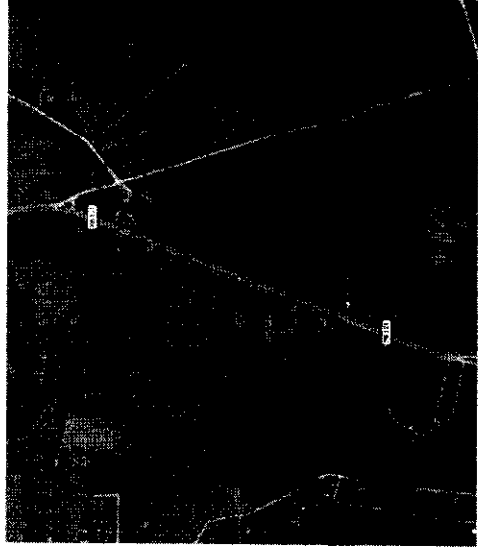
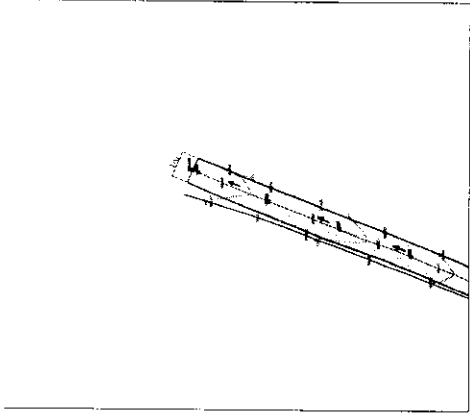


RUA PROJETADA 1 (ARRUA)
Comprimento = 754,08 m
Largura = 6,00 m
Área = 4.524,48 m²
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:
E0: LAT.: 8210173,27 m S LONG.: 829852,14 m E
E37+14,08 : LAT.: 9210877,47 m S LONG.: 828220,82 m E

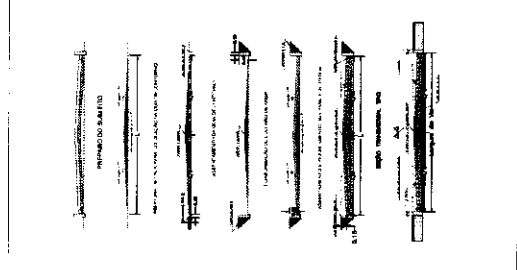
PLANTA BAIXA DE ARRUEAMENTO DA VIA
Escala 1:500



RUA PROJETADA 2 (ARRUA)
Comprimento = 761,55 m
Largura = 7,00 m
Área = 5.330,85 m²
COORDENADAS GEOMÉTRICAS:
ED: LAT.: 9210150,89 m S LONG.: 825960,71 m E
E39+1,55 : LAT.: 9210661,79 m S LONG.: 9210661,79 m E



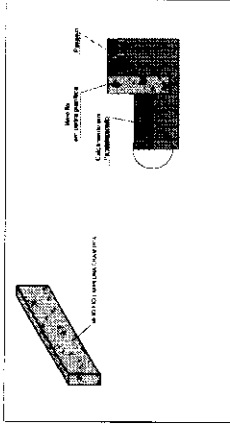
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DA RUA



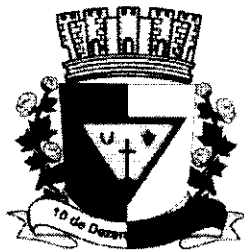
LEGENDA

- Casas
- Linha Base Eixo
- Meio Fio Existente
- Meio Fio Projetado
- Pavimento Projetado
- Indicação de Fluxo de Direção
- Estacas
- Curvas de nível

DETALHE - VISTAS TRANSVERSAIS DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS



DETALHE - MEIO-FIO (GUIA)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

DECLARAÇÃO DE PROJETO BÁSICO

DECLARAMOS que o projeto básico pertinente ao Convênio com o Estado da Paraíba, cujo objeto é a **PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE POCINHOS**, neste município, está completo e consta do plano de trabalho com os seguintes elementos:

1. Projetos técnicos completos com as respectivas ART;
2. Especificações técnicas dos materiais e serviços;
3. Orçamento com todos os anexos necessários, inclusive composições das taxas de BDI e Encargos Sociais e da administração local e encargos complementares;
4. Cronograma físico-financeiro;
5. Preços unitários compatíveis com os valores de mercado e cotados a partir da utilização da Tabela SINAPI com data-base de SINAPI 03/2026 e ORSE 02/2026.

ELIANE MOURA DOS SANTOS GALDINO
Prefeita do Município de Pocinhos– PB

FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO:05122480443
Assinado digitalmente por FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO:05122480443
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RTB e-CPF A1, OU=EMBRANCO, OU=38016084000124, OU=videoconferencia, CA=FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO:05122480443
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026-05-20 15:46:13
Font Reader Versão: 9.7.1
Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Fiscal
CREA nº 161258497-7



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
CNPJ 08.741.688/0001-72
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Licença de Instalação – Nº 2026.00013

A secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Pocinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas, que institui a Secretaria do Meio Ambiente de Pocinhos, concede a presente Autorização acima discriminada, nas condições especificadas.

I – DADOS DA ATIVIDADE

Nome / Razão Social:

Prefeitura Municipal de Pocinhos-PB

CNPJ:

08.741.688/0001-72

Localização:

Diversas ruas do município .

Objeto:

Pavimentação em paralelepípedo nas ruas: José Targino, Projetada Santa Terezinha, Vila Feliz, no Bairro Ivo Benício. Cicero Meira, Maria de Fatima Patricio, Heleno Epifanio, Sebastião Vasconcelos, Geraldo Felipe, Francisco Domiciano dos Santos e Belisio Pereira, no Bairro Jardim Etelvina. Antonio Felipe no Bairro Nova Brasília. Projetada 1 e Projetada 2 no Sítio Arruda, Serra do arruda, Sítio Maris Preto, Sítio Castelo. Manoel Andeza e Abílio Inácio no Distrito de Nazaré.
Convenio Governo do Estado

Declaro que a Prefeitura Municipal de Pocinhos possui competência para a emissão desta licença, conforme tipologia de obra: Licença de Instalação para Pavimentação de Vias, definida pelo COPAM – Conselho de Proteção Ambiental – Estado da Paraíba, em consonância com a legislação municipal **Lei Nº 512/1997 - Seção 2 Art. 7º parágrafo 2º**.

II – CONDICIONANTES

- 1 - Esta Licença é válida pelo período de 365 dias, a contar da presente data, conforme processo – Nº **2026.00013** - SECRETARIA, observando as condições deste documento e seus anexos que, embora não transcritos são partes integrantes do mesmo.
- 2 - Este documento não contém emendas ou rasuras e sua cópia só terá validade com a autenticação em cartório;
- 3 - A renovação desta Licença deverá ser requerida com antecedência de 120 (cento e vinte dias) antes de decorrido o prazo de validade da mesma;
- 4 - Esta Licença diz respeito a análise de viabilidade ambiental de competência da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Pocinhos, devendo o empreendedor obter, quando couber, a Anuência das outras instancias no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, para que o mesma alcance seus efeitos legais;

Os demais condicionantes referentes a esta Licença estão descritos no verso deste documento.




ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
CNPJ 08.741.688/0001-72
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

III – DEMAIS CONDICIONANTES

- 6- Esta Licença diz respeito a análise de viabilidade ambiental de competência da HIDRICO, devendo o empreendedor obter, quando couber, a anuência das outras instancias no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, para que o mesmo alcance seus efeitos legais;
- 7- Atender as exigências e recomendações previstas na legislação Federal, Estadual e Municipal de cunho ambiental e urbanístico, notadamente ao código Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município;
- 8- Requerer autorização da SECRETARIA, para qualquer alteração da solicitação apresentada e aprovada nesta SECRETARIA;
- 9- Implantar o empreendimento conforme o projeto analisado e aprovado na SECRETARIA ;
- 10- obedecer fielmente as normas do SIMAC – Sistema Municipal de Meio Ambiente de Pocinhos;
- 11- Acondicionar, coletar e destinar adequadamente todos os resíduos da construção e demolição de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010 e a Resolução CONAMA 307/2022;
- 12 – Executar as obras nos logradouros supracitados no processo de licenciamento ambiental, Processo nº **2026.00013**;
- 13- Manter esta licença Ambiental, bem como copias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionamentos ora estabelecidos disponíveis a fiscalização da SEAGRI-PM/POCINHOS e aos demais órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- 14- O não atendimento aos condicionantes supracitados ficará o interessado passível das sanções previstas na legislação ambiental em vigor, bem como Licença Ambiental anulada.

Vencimento 14/05/2027.

Pocinhos – PB, 14 de maio de 2026.


Valéria Maria Silva de Andrade
Secretária Executiva Adj. de
Agricultura e Meio Ambiente
Prefeitura Mun. de Pocinhos

Valéria Maria Silva de Andrade
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260826897

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO
 Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1612584977**
 Registro: **1612584977PB**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICÍPIO DE POCINHOS**
RUA CÔNEGO JOÃO COUTINHO
 Complemento:
 Cidade: **POCINHOS**

Bairro: **CENTRO**
 UF: **PB**

CPF/CNPJ: **08.741.688/0001-72**
 Nº: **1**
 CEP: **58150000**

Contrato: **Não especificado**
 Valor: **R\$ 1.000,00**
 Ação Institucional: **Órgão Público**

Celebrado em:
 Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DEZ DE DEZEMBRO

Nº: **SN**

Complemento:
 Cidade: **POCINHOS**

Bairro: **CENTRO**
 UF: **PB**

CEP: **58150000**

Data de Início: **08/05/2026**

Previsão de término: **08/10/2026**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE POCINHOS**

CPF/CNPJ: **08.741.688/0001-72**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍPEDO PARA VIAS URBANAS	56.913,00	m2
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍPEDO PARA VIAS URBANAS	56.913,00	m2
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	17.044,00	m
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	17.044,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO, E ORÇAMENTO DA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE POCINHOS / PB.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PB, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.
 - Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
 Local _____ data _____



Documento assinado eletronicamente
 com credenciais de login e senha
FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO
 RNP: **1612584977**
 Data: **14/05/2026 14:36:36**

FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO - CPF: 051.224.804-43

MUNICÍPIO DE POCINHOS - CNPJ: 08.741.688/0001-72

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: ZC4D2
 Impresso em: 14/05/2026 às 14:36:36 por: , ip: 187.64.88.26

sic.creapb.org.br
 Tel: (83) 3533 2525

creapb@creapb.org.br
 Fax:

CREA-PB
 Conselho Regional de Engenharia
 e Agronomia da Paraíba





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260826897

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

Valor da ART: **R\$ 108,39**

Registrada em: **14/05/2026**

Valor pago: **R\$ 108,40**

Nosso Número: **5475860**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: ZC4D2
Impresso em: 14/05/2026 às 14:36:37 por: , ip: 187.64.88.26

sic.creapb.org.br

Tel: (83) 3533 2525

creapb@creapb.org.br

Fax:



CREA-PB
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia da Paraíba





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260826897

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1612584977**
Registro: **1612584977PB**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICÍPIO DE POCINHOS**
RUA CÔNEGO JOÃO COUTINHO
Complemento:
Cidade: **POCINHOS**

Bairro: **CENTRO**
UF: **PB**

CPF/CNPJ: **08.741.688/0001-72**
Nº: **1**
CEP: **58150000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Órgão Público**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DEZ DE DEZEMBRO

Nº: **SN**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **POCINHOS**

UF: **PB**

CEP: **58150000**

Data de Início: **08/05/2026**

Previsão de término: **08/10/2026**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE POCINHOS**

CPF/CNPJ: **08.741.688/0001-72**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍPEDO PARA VIAS URBANAS	56.913,00	m2
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍPEDO PARA VIAS URBANAS	56.913,00	m2
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	17.044,00	m
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	17.044,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO, E ORÇAMENTO DA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE POCINHOS / PB.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PB, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local _____ data _____



Documento assinado eletronicamente
com credenciais de login e senha
FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO
RNP: **1612584977**
Data: **14/05/2026 14:36:36**

FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO - CPF: 051.224.804-43

MUNICÍPIO DE POCINHOS - CNPJ: 08.741.688/0001-72

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: ZC4D2
Impresso em: 14/05/2026 às 14:36:36 por: , ip: 187.64.88.26





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260826897

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

Valor da ART: **R\$ 108,39**

Registrada em: **14/05/2026**

Valor pago: **R\$ 108,40**

Nosso Número: **5475860**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: ZC4D2
Impresso em: 14/05/2026 às 14:36:37 por: , ip: 187.64.88.26

sic.creapb.org.br

Tel: (83) 3533 2525

creapb@creapb.org.br

Fax:

